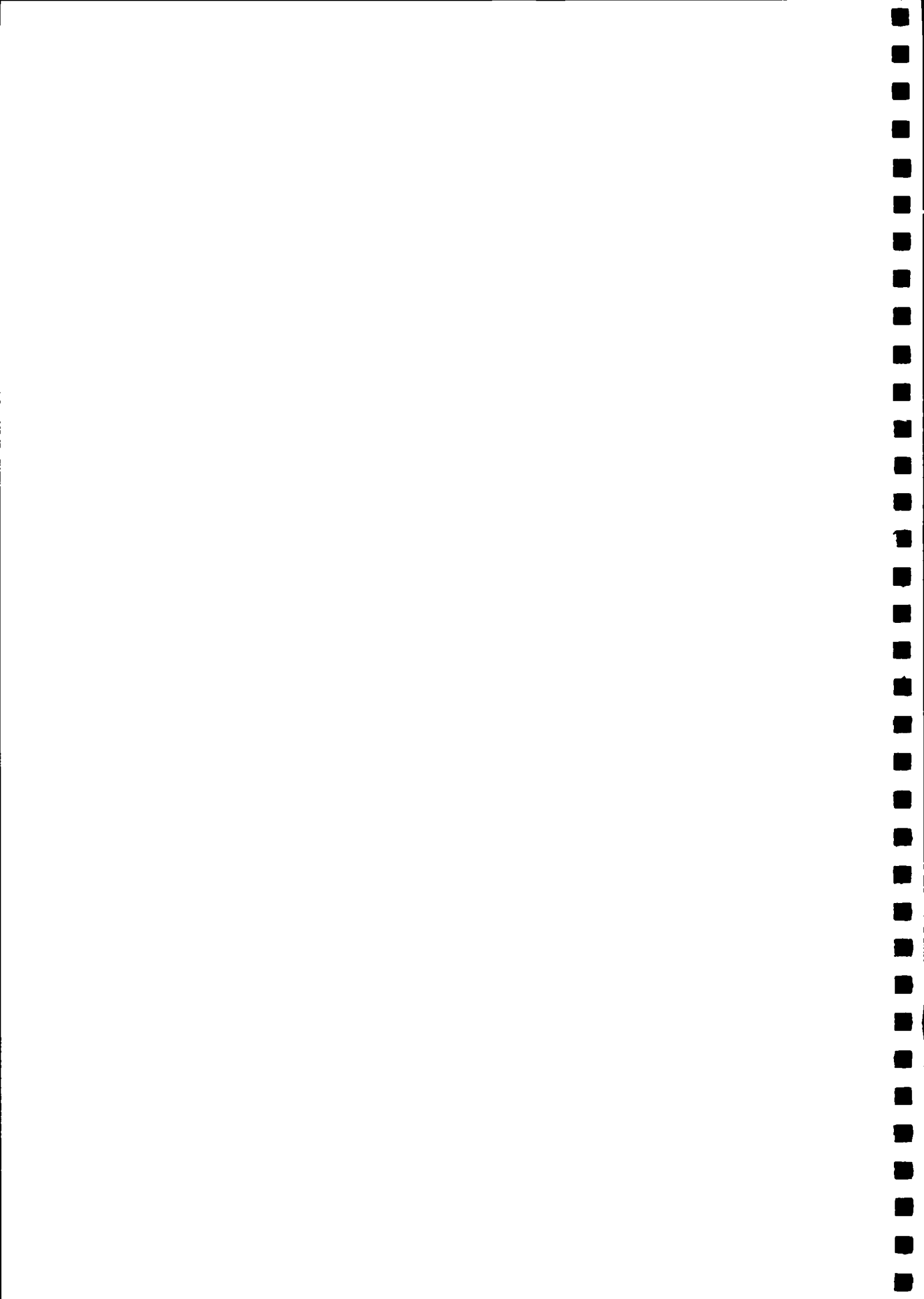


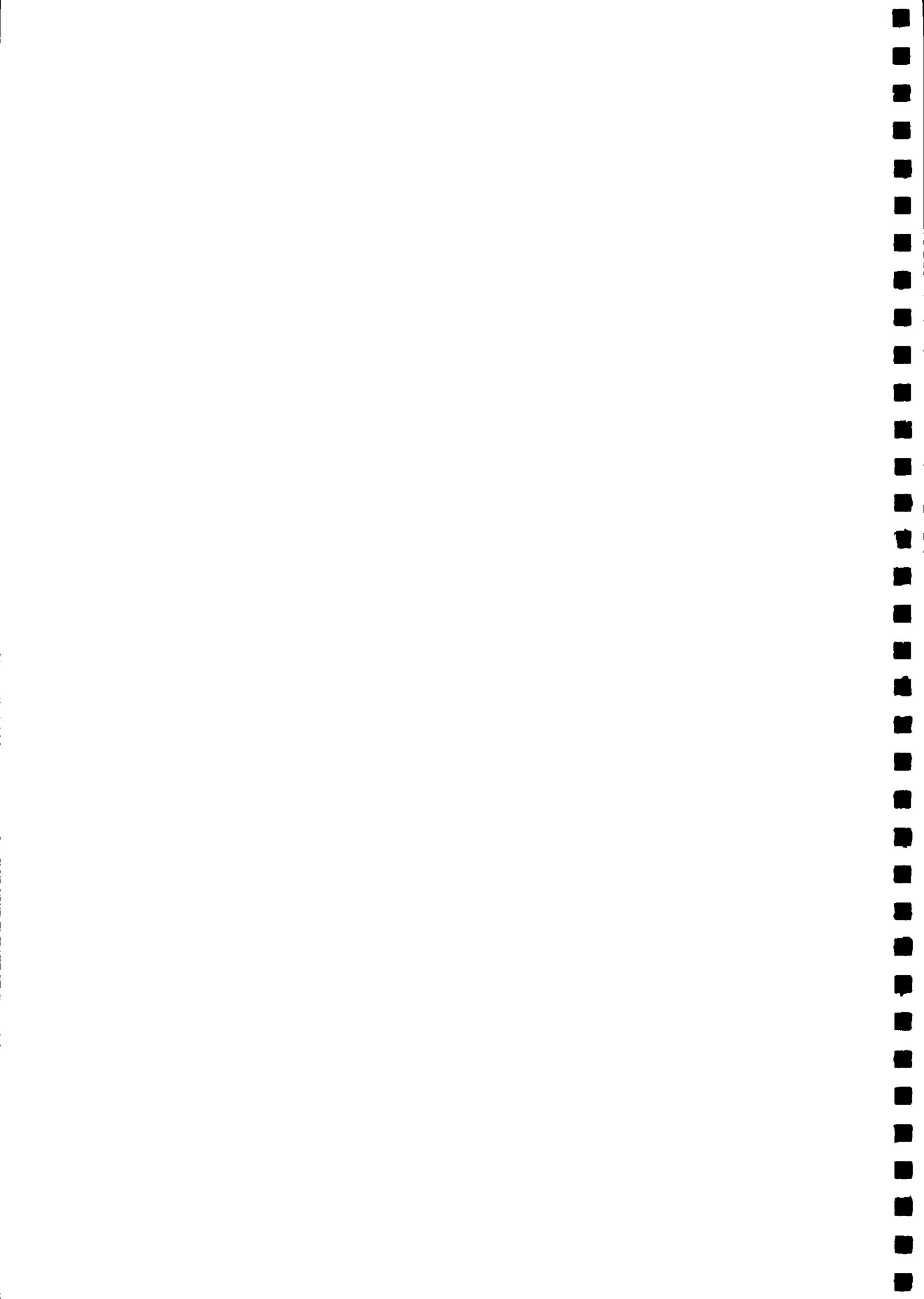
# Furnas Centrais Elétricas S.A.

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2015**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014****ÍNDICE**

	<b>Pg.</b>
<b>PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>4</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO</b>	<b>8</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO</b>	<b>9</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b>	<b>10</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>11</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>13</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>15</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:</b>	<b>16</b>
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS	16
NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	17
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	27
NOTA 4 – ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO	45
NOTA 5 – NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÃO DE NORMAS	47
NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48
NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	48
NOTA 8 – CLIENTES	49
NOTA 9 – CRÉDITO CCEE REPACTUAÇÃO GSF	52
NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	53
NOTA 11 – ALMOXARIFADO	56
NOTA 12 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)	56
NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	57
NOTA 14 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	58
NOTA 15 – OUTROS ATIVOS	60



	Pg.
NOTA 16 – INVESTIMENTO	65
NOTA 17 – IMOBILIZADO	77
NOTA 18 – INTANGÍVEL	85
NOTA 19 – FORNECEDORES	88
NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	89
NOTA 21 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	93
NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	96
NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS	96
NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	96
NOTA 25 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO	108
NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS	109
NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	114
NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO	115
NOTA 29 – OUTROS VALORES A PAGAR	116
NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	116
NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	117
NOTA 32 – CUSTO OPERACIONAL	118
NOTA 33 – DESPESAS OPERACIONAIS	120
NOTA 34 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	121
NOTA 35 - IRPJ E CSLL NO RESULTADO	122
NOTA 36 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS	123
NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	124
NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO	130
NOTA 39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	135
NOTA 40 – GARANTIAS E COVENANTS	142
NOTA 41 – SEGUROS	145
NOTA 42 - EVENTOS SUBSEQUENTES	147
ASSINATURAS	147
PARECER DO CONSELHO FISCAL	





KPMG Auditores Independentes  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar  
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da  
Furnas Centrais Elétricas S.A.  
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A (Empresa), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.







Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Base para opinião com ressalva**

##### ***Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato***

Conforme mencionado na nota explicativa Nº 39.2, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato" e seus desdobramentos, a Administração da Empresa tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Empresa. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.



### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada de Furnas Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfases**

#### ***Recuperação de ativos das investidas***

Conforme citado na nota explicativa Nº16, em 31 de dezembro de 2015, as investidas Madeira Energia S.A. ("MESA"), Empresa de Energia São Manuel S.A, Serra do Facão Energia S.A. e Teles Pires Participações S.A, nas quais a Empresa participa com 39%, 33,33%, 49,48% e 24,72%, respectivamente, apresentam capital circulante negativo, nos montantes de R\$ 543.238 mil (consolidado), R\$ 1.147.746 mil, R\$ 151.705 mil e R\$ 347.496 mil (consolidado). A continuidade operacional das investidas depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### ***Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador – renovação de concessões***

Conforme citado na nota explicativa Nº 2.3, no final do exercício de 2012 a Empresa aceitou as condições para a renovação antecipada de algumas concessões de geração e transmissão estabelecidas pelo Governo Federal do Brasil, resultando em mudanças na rentabilidade de tais concessões a partir do exercício de 2013 e no direito de indenização por determinados saldos residuais de ativos de transmissão e geração, sujeito à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de usinas de geração e geração térmica, referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R\$ 995.718 mil e R\$ 705.425 mil, respectivamente, e foram determinados pela Empresa a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos. Adicionalmente, conforme informado na citada nota, para os ativos de transmissão registrados, no montante de R\$ 4.530.060 mil, a ANEEL emitiu em setembro de 2015, termo de notificação, aprovando o valor de indenização de R\$ 8.999.520 mil, base dezembro de 2012, para o qual a Empresa aguarda normatização sobre a forma e as condições de indenização para o adequado reconhecimento contábil do valor aprovado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.





## **Outros assuntos**

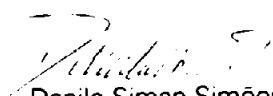
### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, apresentadas como informação suplementar, uma vez que sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP – 014428/O-6 F - RJ

  
Vânia Andrade de Souza  
Contadora CRC RJ- 057497/O-2

  
Danilo Siman Simões  
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

卷之四  
詩  
一  
二  
三  
四  
五  
六  
七  
八  
九  
十  
十一  
十二  
十三  
十四  
十五  
十六  
十七  
十八  
十九  
二十  
二十一  
二十二  
二十三  
二十四  
二十五  
二十六  
二十七  
二十八  
二十九  
三十  
三十一  
三十二  
三十三  
三十四  
三十五  
三十六  
三十七  
三十八  
三十九  
四十  
四十一  
四十二  
四十三  
四十四  
四十五  
四十六  
四十七  
四十八  
四十九  
五十  
五十一  
五十二  
五十三  
五十四  
五十五  
五十六  
五十七  
五十八  
五十九  
六十  
六十一  
六十二  
六十三  
六十四  
六十五  
六十六  
六十七  
六十八  
六十九  
七十  
七十一  
七十二  
七十三  
七十四  
七十五  
七十六  
七十七  
七十八  
七十九  
八十  
八十一  
八十二  
八十三  
八十四  
八十五  
八十六  
八十七  
八十八  
八十九  
九十  
九十一  
九十二  
九十三  
九十四  
九十五  
九十六  
九十七  
九十八  
九十九  
一百

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS  
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
		31.12. 2015	31.12.2014 (*) Reclassificado	31.12.2015
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	6	400	1.692	12.099
Títulos e valores mobiliários	7	1.193.743	667.750	1.193.743
Clientes	8	750.162	863.130	750.162
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	111.380	-	111.380
Remuneração das participações societárias	37	138.384	113.186	138.384
Impostos e contribuições sociais	10	304.536	234.202	304.751
Almoxarifado	11	26.283	22.789	26.283
Indenizações das concessões	12	-	1.344.476	-
Outros	15	331.552	200.841	332.342
		2.856.440	3.448.066	2.869.144
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Clientes	8	496.537	442.098	496.537
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	194.922	-	194.922
Almoxarifado	11	100.334	97.066	100.334
Cauções e depósitos vinculados	13	617.995	477.926	617.995
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	63.530	18.075	44.099
Ativo financeiro – concessões de serv.público	14	8.116.506	7.529.487	8.177.304
Outros	15	250.834	83.826	250.834
		9.840.658	8.648.478	9.882.025
Investimentos	16	6.116.316	5.344.317	6.055.103
Imobilizado	17	5.858.149	5.924.242	5.858.154
Intangível	18	256.608	107.581	256.610
		22.071.731	20.024.618	22.051.892
TOTAL DO ATIVO		24.928.171	23.472.684	24.921.036

(\*) Vide nota 3.2.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





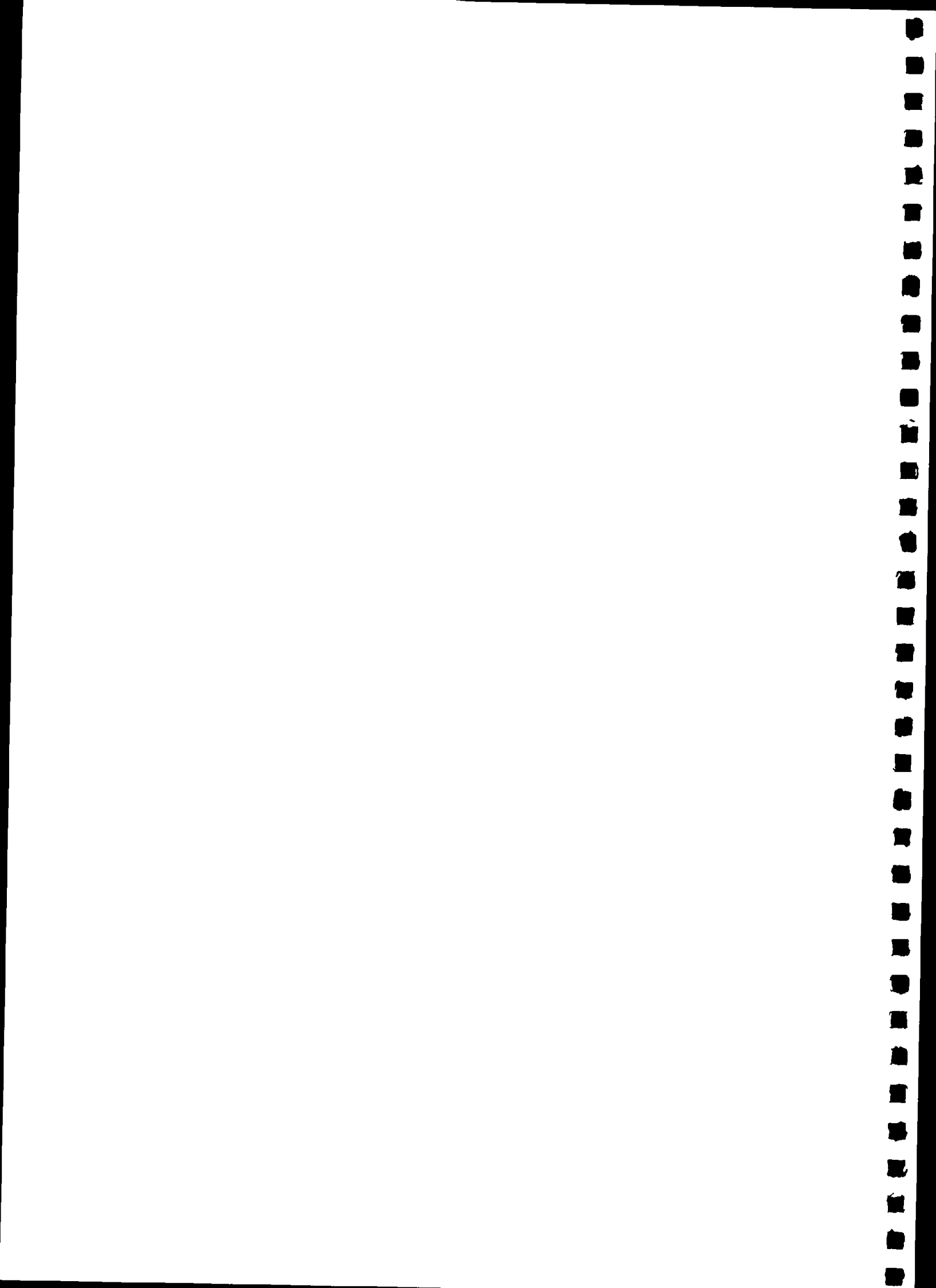
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS  
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
(em milhares de reais)

(em milhares de reais)		Controladora		Consolidado
	Nota	31.12.2015	31.12.2014 (*)	31.12.2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	19	741.600	750.285	747.019
Financiamentos e empréstimos	20	874.847	507.770	874.847
Impostos e contribuições sociais	21	467.952	304.805	468.209
Concessões a pagar – uso do bem público	25	1.616	1.561	1.616
Obrigações estimadas	22	243.311	224.293	243.386
Encargos setoriais	23	139.535	138.094	139.535
Benefícios pós-emprego	24	8.005	77.341	8.005
Outros	29	305.618	32.496	306.013
		2.782.484	2.036.645	2.788.630
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	20	8.966.555	8.419.890	8.966.555
Impostos e contribuições sociais	21	785.743	689.875	789.069
Concessões a pagar - uso do bem público	25	35.494	35.877	35.494
Provisões para riscos	26	734.375	509.291	735.104
Benefícios pós-emprego	24	229.311	303.929	229.311
Adiantamentos para futuro aumento de capital	27	43.649	38.530	43.649
Provisão para contratos onerosos	28	945.598	969.935	1.002.898
Encargos setoriais	23	113.210	95.147	113.210
Outros	29	75.658	1	1
		11.929.593	11.062.475	11.915.291
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	30	6.531.154	6.531.154	6.531.154
Reservas de capital		5.053.045	5.123.332	5.053.045
Outros resultados abrangentes		(1.368.105)	(1.280.922)	(1.368.105)
		10.216.094	10.373.564	10.216.094
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.021
		10.216.094	10.373.564	10.217.115
TOTAL DO PASSIVO		24.928.171	23.472.684	24.921.036

(\*) Vide nota 3.2.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS  
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.015	31.12.2014 (*)	31.12.2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	31	<b>6.368.215</b>	<b>6.182.015</b>	<b>6.414.219</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>	32	<b>(3.845.507)</b>	<b>(4.672.699)</b>	<b>(3.849.291)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>		(926.291)	(1.942.894)	(926.291)
Energia elétrica comprada para revenda		(457.343)	(1.519.280)	(457.343)
Encargos de uso da rede elétrica		(468.948)	(423.634)	(468.948)
<b>Custo de operação</b>		(2.919.216)	(2.729.805)	(2.923.000)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(2.024.192)	(1.856.829)	(2.027.964)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(520.272)	(492.843)	(520.272)
Utilização de recursos hídricos		(105.816)	(133.542)	(105.816)
Depreciação e amortização		(244.517)	(222.476)	(244.517)
Outros		(24.419)	(24.315)	(24.431)
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	32	<b>(627.942)</b>	<b>(669.512)</b>	<b>(675.007)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.894.768</b>	<b>839.804</b>	<b>1.889.921</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	33	<b>(869.219)</b>	<b>505.058</b>	<b>(754.133)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>1.225.547</b>	<b>1.344.862</b>	<b>1.135.788</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	16	<b>315.391</b>	<b>(887.111)</b>	<b>405.687</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	34	<b>(1.302.521)</b>	<b>(457.995)</b>	<b>(1.301.836)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>238.417</b>	<b>(244)</b>	<b>239.639</b>
Imposto de renda e contribuição social		(115.556)	-	(115.892)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(193.148)	(405.410)	(194.097)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(70.287)</b>	<b>(405.654)</b>	<b>(70.350)</b>
Parcela atribuída aos controladores		(70.287)	(405.654)	(70.287)
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(63)

(\*) Vide nota 3.2.1.  
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS  
CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014 (*)	31.12.2015
Prejuízo do exercício	(70.287)	(405.654)	(70.287)
Outros resultados abrangentes:			
Perda em benefícios pós-emprego	(87.184)	(311.795)	(87.184)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários	-	(86.321)	-
Outros:	1	7	1
Ajuste acumulado de conversão em investida			
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(157.470)</b>	<b>(803.763)</b>	<b>(157.470)</b>

(\*) Vide nota 3.2.1.  
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2014 E 2015**  
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	6.531.154	5.528.986	-	-	(882.813)	11.177.327	-	11.177.327
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	7	7	-	7
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	(398.116)	(398.116)	-	(398.116)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(405.654)	-	(405.654)	-	(405.654)
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício <sup>(a)</sup>	-	(405.654)	-	405.654	-	-	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	6.531.154	5.123.332	-	-	(1.280.922)	10.373.564	-	10.373.564
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	1	1	-	1
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	-	-	-	-	(87.184)	(87.184)	-	(87.184)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(70.287)	-	(70.287)	-	(70.287)
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício <sup>(a)</sup>	-	(70.287)	-	70.287	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	1.021	1.021
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	6.531.154	5.053.045	-	-	(1.368.106)	10.216.094	1.021	10.217.115

<sup>(a)</sup> De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2015**  
(em milhares de reais)

Continuação

	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014 (*) Reclassificado	31.12.2015
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e financiamentos obtidos	885.828	1.178.401	885.828
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(579.684)	(363.116)	(579.684)
Pagamento Afac	(92.069)	-	(92.069)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>214.075</b>	<b>815.285</b>	<b>214.075</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	21.403	-	21.403
Aquisições de ativo financeiro	(627.942)	(669.513)	(688.162)
Recebimento de Indenizações Lei 12.783/2013	1.482.331	1.154.767	1.482.331
Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável	(385.742)	124.258	(385.742)
Aquisições de ativo imobilizado	(140.870)	(174.386)	(167.323)
Aquisições de ativo intangível	(15.781)	(15.897)	(15.783)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(851.120)	(1.505.928)	(775.268)
Venda de Investimento	49.717	-	49.717
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias	132.458	62.566	132.457
Outros	958	-	958
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(334.588)</b>	<b>(1.024.133)</b>	<b>(345.412)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.292)</b>	<b>(5.004)</b>	<b>10.407</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.692	6.696	1.692
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	400	1.692	12.099
	<b>(1.292)</b>	<b>(5.004)</b>	<b>10.407</b>

(\*) Vide nota 3.2.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS  
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014 (*) Reclassificado	31.12.2015
<b>1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Receitas de vendas de energia e serviços	7.150.391	6.877.048	7.198.034
Outras receitas operacionais	196.861	181.292	196.760
Menos:			
Insumos			
Custo de energia comprada	(926.291)	(1.942.894)	(926.291)
Materiais	(38.529)	(32.035)	(38.529)
Serviços de terceiros	(837.496)	(727.175)	(840.421)
Outros custos operacionais	(1.712.084)	(1.428.477)	(1.843.233)
<b>2. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.832.852</b>	<b>2.927.759</b>	<b>3.746.320</b>
Depreciação e amortização	(244.517)	(222.476)	(244.517)
Constituição/reversão de provisões	(383.693)	488.546	(384.422)
<b>3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>3.204.642</b>	<b>3.193.829</b>	<b>3.117.381</b>
Receitas financeiras (transferências)	363.615	580.759	364.673
Equivalência patrimonial	315.391	(887.111)	405.687
<b>4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.883.648</b>	<b>2.887.477</b>	<b>3.887.741</b>
<b>5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Remuneração do trabalho	1.148.167	1.097.419	1.149.014
Governo (impostos e contribuições)	911.622	933.862	914.558
Encargos financeiros e variação monetária	1.666.136	1.038.754	1.666.509
Encargos setoriais	228.010	223.096	228.010
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(63)
Prejuízo do exercício	(70.287)	(405.654)	(70.287)
<b>TOTAL</b>	<b>3.883.648</b>	<b>2.887.477</b>	<b>3.887.741</b>

(\*) Vide nota 3.2.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/ Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) <sup>(1)</sup>	Energia Assegurada (MW médio) <sup>(2)</sup>	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Hidrelétricas em Operação</b>						
Peixe Angical	40,0000	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Baguari <sup>(3)</sup>	15,0000	Doce	140,00	80,02	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	40,0000	Uruguai	855,00	432,00	07.11.2001	08.11.2036
Serra do Facão	49,4737	São Marcos	212,58	182,40	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo	49,0000	Paraopeba	82,00	38,50	15.08.2006	14.08.2041
Três Irmãos	49,9000	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
<b>Hidrelétricas em Operação Parcial</b>						
Santo Antônio (Mesa) <sup>(2)</sup>	39,0000	Madeira	2.498,55	2.424,20	13.06.2008	12.06.2043
Teles Pires <sup>(5)</sup>	24,5000	Teles Pires	727,92	567,40	07.06.2011	07.06.2046
<b>Hidrelétricas em Implantação</b>						
Santo Antônio (Mesa) <sup>(3)</sup>	39,0000	Madeira	1.069,45	0,00	13.06.2008	12.06.2043
Teles Pires <sup>(6)</sup>	24,5000	Teles Pires	1.091,88	363,30	07.06.2011	07.06.2046
São Manoel	33,3300	Teles Pires	700,00	421,70	10.04.2014	09.04.2049
<b>Empreendimento Suspenso</b>						
Inambari <sup>(4)</sup>	19,6000	AM/Peru	2.200,00	-	-	-
<b>Eólicas em Operação</b>						
Rei dos Ventos 1	24,5000	Galinhas/RN	58,45	21,86	09.12.2010	09.12.2045
Rei dos Ventos 3	24,5000	Galinhas/RN	60,12	21,07	09.12.2010	09.12.2045
Missaba 3	24,5000	Macau/RN	68,47	22,84	19.08.2010	19.08.2045
<b>Eólicas em Implantação</b>						
Famosa 1	49,0000	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	24.05.2047
Pau Brasil	49,0000	Icapui/CE	15,00	7,70	26.03.2012	26.03.2047
Rosada	49,0000	Tibau/RN	30,00	13,40	31.05.2013	31.05.2048
São Paulo	49,0000	Icapui/CE	17,50	8,10	26.03.2012	26.03.2047
São Januário	99,9900	Fortim/CE	19,20	9,00	17.07.2012	17.06.2047
Nossa Senhora de Fátima	99,9900	Fortim/CE	28,80	12,80	08.08.2012	08.08.2047
Jandaia	99,9900	Fortim/CE	28,80	14,10	08.08.2012	08.08.2047
São Clemente	99,9900	Fortim/CE	19,20	9,30	25.07.2012	25.07.2047
Jandaia 1	99,9900	Fortim/CE	19,20	9,90	05.07.2012	05.07.2047
Bom Jesus	49,0000	Itapipoca/CE	18,00	8,10	14.04.2014	14.04.2049
Cachoeira	49,0000	Itapipoca/CE	12,00	5,00	14.04.2014	14.04.2049
Pitimbu	49,0000	Itapipoca/CE	18,00	7,20	24.03.2014	24.03.2049
São Caetano	49,0000	Itapipoca/CE	25,20	11,00	14.04.2014	14.04.2049
São Caetano I	49,0000	Itapipoca/CE	18,00	7,70	14.04.2014	14.04.2049
São Galvão	49,0000	Itapipoca/CE	22,00	9,50	25.03.2014	25.03.2049
Camaúba I	49,0000	Maxaranguape/RN	22,00	9,40	07.07.2014	07.07.2049
Camaúba II	49,0000	Maxaranguape/RN	18,00	7,30	07.07.2014	07.07.2049
Camaúba III	49,0000	Maxaranguape/RN	18,00	7,50	07.07.2014	07.07.2049

Continue

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/ Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) <sup>(1)</sup> (2)	Energia Assegurada (MW médio) (3)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Carnaúba V	49,0000	Rio do Fogo/RN	24,00	10,10	07.07.2014	07.07.2049
Cervantes I	49,0000	Rio do Fogo/RN	16,00	7,10	07.07.2014	07.07.2049
Cervantes II	49,0000	Rio do Fogo/RN	12,00	5,60	07.07.2014	07.07.2049
Punaú I	49,0000	Rio do Fogo/RN	24,00	11,00	07.07.2014	07.07.2049
Arara Azul	90,0000	João Câmara/RN	27,50	10,70	17.11.2014	17.11.2049
Bentevi	90,0000	João Câmara/RN	15,00	5,70	12.11.2014	12.11.2049
Ouro Verde I	90,0000	João Câmara/RN	27,50	10,70	11.11.2014	11.11.2049
Ouro Verde II	90,0000	João Câmara/RN	30,00	11,20	12.11.2014	12.11.2049
Ouro Verde III	90,0000	João Câmara/RN	25,00	9,40	12.11.2014	12.11.2049
Santa Rosa	90,0000	Acarauá/CE	20,00	8,40	09.10.2014	09.10.2049
Uirapuru	90,0000	Acarauá/CE	28,00	12,60	10.10.2014	10.10.2049
Ventos de Angelim	90,0000	Acarauá/CE	24,00	10,30	17.11.2014	17.11.2049
Serra do Mel I	90,0000	Serra do Mel/RN	28,00	13,00	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel II	90,0000	Serra do Mel/RN	28,00	12,80	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel III	90,0000	Serra do Mel/RN	28,00	12,50	24.11.2014	24.11.2049
Itaguaçu da Bahia	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,00	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santa Luiza	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,20	12.09.2014	12.09.2049
Ventos de Santa Madalena	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santa Marcella	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,60	18.09.2014	18.09.2049
Ventos de Santa Vera	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,20	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santo Antônio	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	16,10	19.09.2014	19.09.2049
Ventos de São Bento	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,40	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de São Cirilo	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	17.09.2014	17.09.2049
Ventos de São João	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,00	19.09.2014	19.09.2049
Ventos de São Rafael	49,0000	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,80	17.09.2014	17.09.2049

(1) Potência homologada pela Aneel.

(2) Em 31 de dezembro de 2015, havia trinta e cinco unidades geradoras em operação comercial, do total de cinquenta unidades do empreendimento.

(3) Demais unidades geradoras ainda em construção.

(4) Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade. A potência instalada é a expectativa do projeto.

(5) Em 31 de dezembro de 2015, havia uma unidade geradora em operação comercial, do total de cinco unidades do empreendimento.

(6) Demais unidades geradoras ainda em construção.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Furnas é remunerada também pela prestação de serviços de operação e manutenção de usinas cuja concessão foi devolvida ao Poder Concedente em virtude de seus concessionários não aceitarem os termos de renovação contidos na Lei nº 12.783/2013, como segue:

Operação e Manutenção						
Hidrelétricas sob Administração Especial nos termos da Lei nº 12.783/2013						
Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio	Potência Instalada (MW) <sup>(1)</sup>	Energia Assegurada (MW médio) <sup>(1)</sup>	Data da Concessão	Data de Vencimento
Dona Rita	100,0000	Tanque	2,41	1,03	06.2013	(1)
Sinceridade	100,0000	Manhuaçu	1,42	0,35	04.2013	(1)
Nebolina	100,0000	Manhuaçu	6,47	4,66	04.2013	(1)
Ervália	100,0000	Bagres	6,97	3,03	07.2015	(1)
Coronel Domiciano	100,0000	Fumaça	5,04	3,59	07.2015	(1)

(1) Sob a responsabilidade de Furnas até a conclusão de nova licitação para concessão das PCHs

(1) Informação não auditada

Resumindo, a capacidade total de geração (hidráulica, térmica e eólica) de Furnas está assim segregada:

Potência instalada de geração	Em MW <sup>(1)</sup>	
	Total	% Furnas
<b>Em operação</b>		
Corporativas	2.916,20	2.916,20
UHEs de propriedade integral	4.617,00	4.617,00
UHEs de propriedade integral em regime de cotas	1.487,00	766,27
UHEs de propriedade compartilhada	530,00	530,00
UTEs de propriedade integral	22,31	22,31
PCHs em concessão temporária por determinação do órgão regulador	9.572,51	8.851,78
<b>Subtotal</b>		
Por meio de SPEs	5.014,80	1.880,63
UHEs	807,50	402,94
UHEs em regime de cotas	187,04	45,82
UEEs	6.009,34	2.309,39
<b>Subtotal</b>	15.581,85	11.161,17
<b>Total em operação</b>		
<b>Em implantação</b>		
Corporativas	28,00	28,00
PCHs de propriedade integral	28,00	28,00
<b>Subtotal</b>		
Por meio de SPEs	2.861,33	917,91
UHEs	1.006,40	667,09
UEEs	3.867,73	1.584,99
<b>Subtotal</b>	3.895,73	1.612,99
<b>Total em implantação</b>	19.477,58	12.774,16
<b>Total do parque gerador</b>		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.2 Transmissão de Energia Elétrica

O sistema de transmissão de Furnas é segregado pelos contratos de concessão discriminados a seguir:

Contrato nº	Empreendimento	Estado da Federação	Data da assinatura do contrato	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos alcançados pela Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2042
006/2005	LT Macaé – Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 – 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
006/2010	LT Mascarenhas – Linhares 230 kV – CS SE Linhares – 230/138 kV	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040
014/2011	LT Xavantes – Pirineus, CS, em 230 kV	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
016/2012	SE Zona Oeste (Transformador 500/138 kV)	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042

### 2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km<sup>2</sup> desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema possui três linhas em corrente alternada 750 kV<sup>(\*)</sup> e duas linhas em corrente contínua  $\pm$  600 kV<sup>2</sup>, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

(\*) Informação não auditada.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.2.2 Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPE) em projetos de transmissão:

Investida	Linhas	Km <sup>(1)</sup> n	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas – Pimenta 2	62,7		04.03.2005	30 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade LT 230 kV Trindade – Xavantes LT 230 kV Trindade – Carajás	259	SE Trindade em 500/230 kV – 1.200 MVA	12.07.2010	30 anos
IE Madeira	LT 600 kV Porto Velho – Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	28.02.2009 26.02.2009	30 anos
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto	188	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa 2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto	19.11.2009	30 anos
MGE Transmissão	LT 500 kV CS Mesquita – Viana 2 LT 345 kV CD Viana 2 – Viana	258	SE Viana 2 500/345 kV – 900 MVA	12.07.2010	30 anos
Transenergia Renovável	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis LT 138 kV Quirinópolis - UTE Quirinópolis LT 138 kV Quirinópolis - UTE Boavista LT 230 kV CD Chapadão – Jataí LT 138 kV CS Jataí – Mineiros LT 138 kV CS Jataí - UTE Jataí LT 138 kV Jataí - UTE Água Emendada LT 138 kV CS Mineiros - Morro Vermelho LT 138 kV Morro Vermelho - UTE Morro Vermelho LT 138 kV CS Morro Vermelho – UTE Alto Taquari LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia LT 138 kV CS Edéia - UTE Tropical Bioenergia I	592,2	Edéia em 230 kV – 150 MVA Jataí em 138 kV – 225 MVA  Mineiros em 138 kV  Morro Vermelho em 138 kV Quirinópolis em 138 kV – 225 MVA	23.04.2009	30 anos
Transenergia São Paulo		1	SE Itatiba 500/138 kV – 800 MVA	19.11.2009	30 anos
Transirapé	LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	65		15.03.2005	30 anos
Transleste	LT 345 kV Montes Claros – Irapé	138		18.02.2004	30 anos
Transudeste	LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	140		04.03.2005	30 anos
Caldas Novas			Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138 kV (150 MVA) de propriedade de Furnas	16.06.2011	30 anos

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investida	Linhas	Km <sup>(1)</sup>	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Luziânia-Niquelândia Transmissora			SE Luziânia 500/230 kV – 225 MVA SE Niquelândia 230/69 kV – 30 MVA	16.04.2012	30 anos
Paranáíba Transmissora	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	967		02.05.2013	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis, CS	296,5	SE Marimbondo II – 181,2 MVA SE Assis – 317,1 MVA	14.08.2013	30 anos
Vale do S. Bartolomeu Transmissora	LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2 LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul - C3 LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3	94,5	SE Brasília Leste 500/138 kV – 1.080 MVA	09.10.2013	30 anos
Mata de Sta. Genebra Transmissora	LT 500 kV Itatiba – Bateias LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias	847	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV - 300 MVA SE Itatiba 500 kV - 300 MVA SE Fernão Dias 500/440 kV – 3.600 MVA	14.05.2014	30 anos
Lago Azul Transmissora	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2	69		14.05.2014	30 anos
Belo Monte Transmissora	LT 800 kV Xingu-Estreito, CC	2.092	Estação Conversora Xingu – 4.000 MW Estação Conversora Estreito – 3.850 MW	16.06.2014	30 anos
Energia Olímpica S.A.	LT 138 kV Barra da Tijuca – SE Olímpica LT 138 kV Gardênia – SE Olímpica	13,7	SE Olímpica 138/13,8 kV – 120 MVA	Regime especial	Regime especial

(1) Valores aproximados.

Nota: LT = linha de transmissão, SE = subestação, CD = circuito duplo, CS = circuito simples.

## 2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, através da qual fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

O VNR, determinado pela Administração, foi calculado a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/12, em dezembro de 2012, sendo reajustado para 31 de dezembro de 2013. Este valor, porém, não pode ser considerado como o de indenização.

### 2.3.1 Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores indenizados e a indenizar bem como os pleitos daqueles itens ainda não sujeitos a indenização.

#### 2.3.1.1 Pleitos ainda não homologados

Descritivo	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
<b>Geração</b>		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	705.425	676.030
<b>Transmissão</b>		
Rede básica - serviços existentes (RBSE) (*)	4.530.060	4.530.060
<b>Total</b>	<b>6.231.203</b>	<b>6.201.808</b>

(\*) Valor já homologado pela ANEEL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.3.1.2 Pleito homologado

Indenizações previstas pela Lei nº 12.783/2013	Controlada	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	1.344.476	2.130.352
Recebimentos	(1.482.331)	(1.154.766)
Atualização monetária	137.855	368.890
<b>Saldo final</b>	-	<b>1.344.476</b>
Total circulante	-	1.344.476

### 2.3.2 Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio

Para a geração, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu regras para o cálculo das indenizações dos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, no âmbito da Lei nº 12.783/2013 que é de 180 dias após o protocolo de manifestações (art. 4º, §1º), encaminhada por Furnas em 27/12/2013. Posteriormente, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 615 de 17 de junho de 2014, alterou a redação do art. 4º da Resolução Normativa nº 596, estabelecendo a data de até 31 de dezembro de 2015, para comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.

#### 2.3.2.1 Transmissão

Para a transmissão, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização das instalações. Essa Resolução estabelece que a concessionária contrate uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31/12/2012.

Em 22 de abril de 2015, Furnas protocolou junto a Aneel o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, referente ao contrato de concessão nº 062/2001, renovado pela Lei 12.783/13. O valor histórico da RBSE, em 31 de dezembro de 2012, monta em R\$ 4.530.060 ( R\$ 4.530.060 em 31 de dezembro de 2014)

A Empresa recebeu, no período de 4 a 15 de maio de 2015, fiscalização da Aneel para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável, que totaliza R\$ 10.699.030, equivalente aos investimentos pelo Valor Novo de Reposição - VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31.12.2012. No período de 10 a 21 de agosto de 2015 ocorreu a fiscalização complementar do órgão regulador.

Em 11 de setembro de 2015, a ANEEL emitiu Termo de Notificação 069/2015-SFF, contendo o Relatório de Fiscalização RF-Furnas 078/2015-SFF, em cujo teor aprova o valor de R\$ 8.999.520 a título de indenização da RBSE na data base de 31 de dezembro de 2012. Em outubro de 2015 o Conselho de Administração de Furnas concordou com os termos do referido Termo de Notificação. Por meio do despacho ANEEL 4042, de 15 de dezembro, a mesma homologou o referido valor a ser indenizado, permanecendo no aguardo de regulamentação quanto a forma, prazo de recebimento e remuneração aplicável para proceder aos ajustes contábeis próprios no reconhecimento do efeito desses atos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.3.2.2 Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

Descritivo	Controladora		
	31.12.2015 e 31.12.2014		
	Valor contábil líquido	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber (*)
<b>Usinas</b>			
UHE Furnas	514.825	606.859	514.825
UHE Estreito	480.893	659.483	480.893
<b>Total</b>	<b>995.718</b>	<b>1.266.342</b>	<b>995.718</b>

(\*) Valores sujeitos à homologação da Aneel

Para o cálculo da indenização a receber foi adotado o critério do VNR ou valor contábil líquido, dos dois o menor.

### 2.3.2.3 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

Descritivo	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Valor contábil líquido	705.425	709.686
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

### 2.3.2.4 Transmissão - Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

Investimentos até maio 2000	31.12.2015 e 2014
Valor contábil líquido	4.530.060
Valor novo de reposição (VNR)	8.999.520
Valores a receber (*)	4.530.060

(\*) Valor homologado pela ANEEL, aguardando definição da forma de recebimento

### 2.3.2.5 Impactos de Contrato Oneroso

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Geração</b>			
Marimbombo	79.924	25.989	79.924
Furnas	-	168.701	-
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	52.409	34.538	52.409
Funil	83.787	132.219	83.787
<b>Total geração</b>	<b>216.120</b>	<b>361.447</b>	<b>216.120</b>
<b>Transmissão</b>			
Contrato nº 062/2001	729.478	608.488	729.478
<b>Total transmissão</b>	<b>729.478</b>	<b>608.488</b>	<b>729.478</b>
SPE's controladas	-	-	57.300
<b>Total SPE's controladas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.300</b>
<b>Total</b>	<b>945.598</b>	<b>969.935</b>	<b>1.002.898</b>

Informações complementares acerca da provisão para perdas com contrato oneroso estão descritas na Nota 28.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de disposições normativas de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

#### **3.2 Práticas e políticas contábeis**

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

**(iv) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

**3.2.7.1 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável**

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- a. o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. A RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- b. os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

**3.2.7.2 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão**

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

**3.2.8 Investimentos**

Furnas possui participações em empreendimentos de propósitos específicos, sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

### 3.2.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (item 111). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado por Agência Reguladora. Adicionalmente, o mesmo também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão* – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada (Vide nota 17).



### 3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

### 3.2.13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 39.1.

### 3.2.14 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é o lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### 3.2.15 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

### **3.2.16 Benefícios a empregados**

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a Empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

### **3.2.17 Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

### **3.2.18 Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos.

A Empresa reconhece receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- (i) vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;
- (ii) operação e manutenção de usinas, linhas e subestações de transmissão, de concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013;
- (iii) remuneração de ativo financeiro de transmissão;
- (iv) construção; e
- (v) outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela ANEEL, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão, reajustada anualmente pelo IGP-M e por reforços e melhorias que entraram em operação no período.

As concessões de geração alcançadas pela Lei nº 12.783/2013 passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL. A RAG será objeto de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada cinco anos e suas cotas serão vendidas ao mercado regulado.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### **3.2.19 Moeda estrangeira**

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "Outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

### 3.2.20 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

### 3.2.21 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.2.22 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e são apresentadas como informação adicional.

### **3.2.23 Concessões a Pagar**

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simpício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia.

### **3.3 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis**

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização sobre o valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

#### **3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos**

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) direto é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

#### **3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição (VNR). A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o VNR como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela ANEEL.

### **3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros**

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

### **3.3.4 Obrigações atuariais**

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.4 Reclassificação

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Empresa procedeu algumas reclassificações no ativo, demonstração do valor adicionado e demonstração dos fluxos de caixa relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Sendo assim, passou a apresentá-las com as alterações que seguem nos quadros abaixo:

#### 3.4.1 Ativo 2014

ATIVO	Nota	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalente de caixa	6	1.692	-	1.692
Títulos e valores mobiliários	7	667.750	-	667.750
Clientes	8	861.865	1.465	863.330
Remuneração das participações societárias		113.186	-	113.186
Impostos e contribuições sociais	10	234.202	-	234.202
Almoxnafado	12	22.789	-	22.789
Indenizações das concessões	13	1.344.476	-	1.344.476
Outros	14	202.306	(1.465)	200.841
		<b>3.448.066</b>	-	<b>3.448.066</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Realizável a longo prazo				
Cientes	8	442.098	-	442.098
Almoxnafado	12	97.066	-	97.066
Cauções e depósitos vinculados	11	477.926	-	477.926
Adiantamento para futuro aumento de capital		18.075	-	18.075
Ativo financeiro – concessões do serviço público	9	7.529.487	-	7.529.487
Outros	14	83.826	-	83.826
		<b>8.648.478</b>	-	<b>8.648.478</b>
Investimentos	15	5.344.317	-	5.344.317
Imobilizado	16	5.924.242	-	5.924.242
Intangível	17	107.581	-	107.581
		<b>20.024.618</b>	-	<b>20.024.618</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>23.472.684</b>	-	<b>23.472.684</b>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.4.2 Demonstração do valor adicionado 2014

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
<b>1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Receitas de vendas de energia e serviços	6.924.311	(47.263)	6.877.048
Outras receitas operacionais	134.029	47.263	181.292
Menos:			
Insumos			
Custo de energia comprada	(1.942.894)	-	(1.942.894)
Materiais	(32.035)	-	(32.035)
Serviços de terceiros	(727.175)	-	(727.175)
Outros custos operacionais	(1.506.986)	78.509	(1.428.477)
<b>2. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.849.250</b>	<b>78.509</b>	<b>2.927.759</b>
Depreciação e amortização	(222.476)	-	(222.476)
Constituição/reversão de provisões	567.055	(78.509)	488.546
<b>3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>3.193.829</b>	<b>-</b>	<b>3.193.829</b>
Receitas financeiras (transferências)	580.759	-	580.759
Equivalência patrimonial	(887.111)	-	(887.111)
<b>4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>2.887.477</b>	<b>-</b>	<b>2.887.477</b>
<b>5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Remuneração do trabalho	1.097.419	-	1.097.419
Governo (impostos e contribuições)	933.862	-	933.862
Encargos financeiros e variação monetária	1.038.754	-	1.038.754
Encargos setoriais	223.096	-	223.096
Prejuízo do exercício	(405.654)	-	(405.654)
<b>TOTAL</b>	<b>2.887.477</b>	<b>-</b>	<b>2.887.477</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.4.3 Demonstrações dos fluxos de caixa 2014

	Originariamente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244)	-	(244)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação e amortização	222.476	-	222.476
Variação monetária/cambiais líquidas	(219.074)	-	(219.074)
Renda de aplicação financeira	(76.195)	-	(76.195)
Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	(58.821)	-	(58.821)
Encargos financeiros	819.278	-	819.278
Resultado de equivalência patrimonial	887.111	-	887.111
Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa	65.518	-	65.518
Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(46.018)	-	(46.018)
Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal	(21.789)	-	(21.789)
Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos	(31.284)	-	(31.284)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(47.225)	-	(47.225)
Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro	(496.195)	-	(496.195)
Baixa de imobilizado	3.594	-	3.594
Receita de ativo financeiro pela RAP	(212.283)	-	(212.283)
Encargos da reserva global de reversão	285.055	-	285.055
<b>Subtotal</b>	<b>1.073.902</b>		<b>1.073.902</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Clientes	379.474	-	379.474
Fornecedores	256.338	-	256.338
Pagamento de encargos financeiros	(754.836)	-	(754.836)
Pagamento de encargos setoriais	(306.623)	-	(306.623)
Pagamento de PREQ	(9.941)	-	(9.941)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	237.976	-	237.976
Recebimento de encargos financeiros	857	-	857
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(275.639)	-	(275.639)
Cauções e depósitos vinculados	54.002	-	54.002
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(64.232)	64.232	-
Recebimento de RAG	-	-	-
Pagamento de energia comprada Eletronuclear	-	-	-
Pagamento à entidade de previdência complementar	(83.593)	-	(83.593)
Demais ativos e passivos	(303.841)	-	(303.841)
<b>Subtotal</b>	<b>(870.068)</b>	<b>64.232</b>	<b>(805.826)</b>
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	-	(64.232)	(64.232)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>203.844</b>	<b>64.232</b>	<b>203.844</b>

Continua

#### **4.4 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados.

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

#### **4.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL.

#### **4.6 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

#### **4.7 Uso de Bem Público (UBP)**

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

#### **4.8 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA):**

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base nos procedimentos definidos no Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final.

**NOTA 5 - NORMAS NOVAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não havendo mudanças significativas em sua adoção

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, mas que não estão em vigor para o exercício de 2015.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes". Exige a entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e US GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- IFRS 14 Ativos e Passivos Regulatórios
- Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação (alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Iniciativa de Divulgação (alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil..

A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessas novas normas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Caixa e bancos	400	1.692	12.099
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>1.692</b>	<b>12.099</b>

#### NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Fundos de investimentos	1.193.716	666.712	1.193.716
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	27	1.038	27
<b>Total circulante</b>	<b>1.193.743</b>	<b>667.750</b>	<b>1.193.743</b>

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 1.193.716 refere-se a aplicações em fundos de investimentos conforme a seguir:

- a) R\$ 454.490, registrados no BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 - Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 739.224, registrados no CEF FI Extra Comum e CEF FI Extra VI;
- c) R\$ 2, registrados no SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI.

Nos exercícios de 2015 e 2014 os fundos tiveram os seguintes rendimentos:

Fundos	2015	2014
BB Extramercado FAE	86.985	66.553
CEF FI Extra Comum e VI	50.752	8.336
SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI	12	14
BRABESCO CORPORATE FIC FI REF DI FEDERAL (a)	2.463	1.292
<b>Total</b>	<b>140.212</b>	<b>76.195</b>

(a) Aplicação no fundo BRADESCO CORPORATE FIC FI REF DI FEDERAL foi integralmente resgatada até 31.12.15.

Vale mencionar que as aplicações financeiras no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF) são fundos multicotistas, destinados a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º). A aplicação no Santander é relativa a bloqueio judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 8 - CLIENTES

Descritivo	Controladora e Consolidado					
	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Clientes Parcelamento	31.12.2015	31.12.2014
Suprimento de energia	403.989	22.391	3.532	-	429.912	707.985
Uso da rede elétrica	130.828	2.558	9.932	-	143.318	134.820
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	308.938	308.938	269.146
Outros						
Energia de curto prazo	-	139.509	17.684	-	157.193	4.604
Consumidores industriais	-	1.298	-	-	1.298	1.218
(-) PCLD (Nota 8.1)	(11.380)	-	-	(279.117)	(290.497)	(254.643)
<b>Total Circulante</b>	<b>523.437</b>	<b>165.756</b>	<b>31.148</b>	<b>29.821</b>	<b>750.162</b>	<b>863.130</b>
Suprimento de energia	-	-	14.111	-	14.111	34.027
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
Comercialização de energia	-	-	-	-	-	-
Consumidores	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	496.537	496.537	430.191
(-) PCLD (Nota 8.1)	-	-	(313.947)	-	(313.947)	(321.956)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>496.537</b>	<b>496.537</b>	<b>442.098</b>
<b>Total</b>	<b>523.437</b>	<b>165.756</b>	<b>31.148</b>	<b>526.358</b>	<b>1.246.699</b>	<b>1.305.228</b>

A Empresa mantém registrados em 31.12.2015 o montante de R\$ 293.560 em 2014, a valores históricos, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a intervenção da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) sobre o valor integral a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

### Movimentação PCLD 2015

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(254.643)	(321.956)	(576.599)
(Constituição)/Reversão	(27.845)	-	(27.845)
Transferência do não circulante para circulante	(8.009)	8.009	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(290.497)	(313.947)	(604.444)

### Movimentação PCLD 2014

Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(144.328)	(397.378)	(541.706)
(Constituição)/Reversão	(34.893)	-	(34.893)
Transferência do não circulante para circulante	(75.422)	75.422	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(254.643)	(321.956)	(576.599)

No exercício de 2012, por meio de correspondência emitida pela Diretoria de Finanças de Furnas, foi cobrado à Celg o valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 604.445 (31.12.2014 - R\$ 576.599), dos quais a parcela referente a Celg, no circulante, é de R\$ 279.117 (31.12.2014 - R\$ 240.078).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10.3 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças temporárias. Com base no estudo citado anteriormente, no corpo desta nota foi constituída provisão para perda sobre os referidos créditos no montante de R\$ 1.442.351, como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Adições temporárias			
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	734.375	509.291	735.104
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.171.979	1.013.795	1.171.979
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	945.598	969.935	1.002.898
Provisão para perda – investimento Inambari	79	110	79
Provisão para perda não operacional	260.327	0	260.327
Prejuízo fiscal e base negativa	1.117.348	1.265.655	1.117.348
	4.242.208	3.771.288	4.300.237
Créditos Tributários			
Imposto de renda	1.060.552	942.822	(a) 1.060.552
Contribuição social	381.799	339.416	(a) 381.799
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(1.442.351)	(1.282.238)	(1.442.351)
	-	-	-
Total não circulante	-	-	-

- (a) A base para cálculo dos valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social considerou somente os valores da Controladora, uma vez que as Controladas (SPEs) utilizam para cálculo do imposto o Lucro Presumido.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 11 – ALMOXARIFADO

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Material</b>			
Almoxarifado	123.267	116.366	123.267
Destinado a alienação	3.077	3.225	3.077
Outros	157	148	157
Subtotal de materiais	126.501	119.739	126.501
Adiantamentos a fornecedores	116	116	116
<b>Total</b>	<b>126.617</b>	<b>119.855</b>	<b>126.617</b>
Circulante	26.283	22.789	26.283
Não Circulante	100.334	97.066	100.334

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

### NOTA 12 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Furnas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Sendo assim, o valor indenizado a ser recebido por Furnas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

Geração	Transmissão
Furnas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012; e de (b) R\$ 679.880 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.	Furnas optou pelo recebimento da indenização de (c) R\$ 2.878.028 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Diante do exposto, a movimentação do contas a receber das parcelas indenizadas demonstra-se como segue:

Descritivo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.344.476
Atualização monetária	137.855
Recebimentos	(1.482.331)
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>	-
Circulante	-
Não circulante	-

Em decorrência de remensuração feita pela Eletrobras (fundo RGR) do cálculo de atualização de valores a receber, a Empresa procedeu no quarto trimestre de 2015, o registro, no passivo circulante – outros, de R\$ 256.143 (nota 29).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Cauções e depósitos vinculados	15.419	15.412	15.419
Cauções e depósitos vinculados a litígios	602.576	462.514	602.576
<b>Total</b>	<b>617.995</b>	<b>477.926</b>	<b>617.995</b>
Não Circulante	617.995	477.926	617.995

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 617.995 (31.12.2014 - R\$ 477.926), refere-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Furnas em função, principalmente, de ações com Aneel, trabalhistas, cíveis e outras. Destacamos: a) R\$ 144.629 depositados em função de ações com a Aneel; b) R\$ 301.773 provenientes de reclamações trabalhistas; c) R\$ 13.939 de ações cíveis; e d) R\$ 107.939 referente à atualização monetária.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 14 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Controladora						
Movimentação	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	Resoluções Autorizativas (REA)	CT nº 062/2001 sem REA	Modernização de usina	UHE Prorrogadas
Saldo 31 de dezembro de 2014	4.530.060	968.350	111.065	729.725	995.718	194.569
Ingressos	-	30.547	61.326	494.264	-	41.805
Atualização monetária	-	215.262	-	-	-	-
Amortização	-	(256.185)	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	4.530.060	957.974	172.391	1.223.989	995.718	236.374
Não circulante	4.530.060	957.974	172.391	1.223.989	995.718	236.374
						7.529.487
						627.942
						215.262
						(256.185)
						8.118.506
						8.118.506

Consolidado						
Movimentação	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	Resoluções Autorizativas (REA)	CT nº 062/2001 sem REA	Modernização de usina	UHE Prorrogadas
Saldo 01 de janeiro de 2015	4.530.060	968.350	111.065	729.725	995.718	194.569
Ingressos	-	90.767	61.326	494.264	-	41.805
Atualização monetária	-	215.840	-	-	-	-
Amortização	-	(256.185)	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2015	4.530.060	1.018.772	172.391	1.223.989	995.718	236.374
Não circulante	4.530.060	1.018.772	172.391	1.223.989	995.718	236.374
						7.529.487
						688.162
						215.840
						(256.185)
						8.177.304
						8.177.304

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – *Contratos de Concessão*, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Os ativos remanescentes do contrato nº 062/2001 referem-se a RBSE, e foram avaliados e homologados pela Aneel conforme Despacho nº 4.042 de 15 de dezembro de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014 Reclassificado	31.12.2015
Empresas de energia elétrica (item 15.1.1)	177.310	104.859	177.310
Créditos com fornecedores	311.157	164.790	311.157
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores	(218.169)	(107.300)	(218.169)
Desativações e alienações em curso	23.937	18.023	23.937
Serviços prestados a terceiros	3.406	6.830	3.406
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros	(1.243)	(1.221)	(1.243)
Alienações de bens e direitos	2.949	3.014	2.949
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos	(3.068)	(2.837)	(3.068)
Dispêndios a reembolsar	9.644	7.031	9.644
Dispêndio a reembolsar em curso	(13.893)	(136)	(13.893)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar	(4.289)	(4.237)	(4.289)
Empregados	6.623	1.366	6.623
Empréstimos concedidos	1.821	3.138	1.821
Despesas pagas antecipadamente	34.340	2.660	34.382
Outros créditos – Ressarcimento da TFSEE	-	1.600	-
Outros	1.027	3.261	1.775
<b>Total Circulante</b>	<b>331.552</b>	<b>200.841</b>	<b>332.342</b>
Empresas de energia elétrica (item 15.1.1)	184.104	229.968	184.104
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – empresas de energia elétrica	(180.120)	(180.120)	(180.120)
Outros créditos Gamek	38.121	27.083	38.121
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos Gamek	(38.121)	(27.083)	(38.121)
Bens e direitos destinados a alienação	13.037	11.822	13.037
Títulos precatórios – Finsocial	9.620	13.907	9.620
Empréstimos concedidos	1.332	3.095	1.332
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250	1.250
Despesas pagas antecipadamente	87.207	-	87.207
Outros créditos – Energia Santo Antônio	130.000	-	130.000
Outros (inclui FGTS Empresa)	18.374	17.874	18.374
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros	(17.832)	(17.832)	(17.832)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>250.834</b>	<b>83.826</b>	<b>250.834</b>

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, temos, basicamente, as movimentações das seguintes empresas:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>REH Aneel nº 1.585/2013</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	104.330	49.686	154.016
Transferência do não circulante para o circulante	45.864	(45.864)	-
Atualização monetária	16.738	-	16.738
Juros	9.840	-	9.840
Saldo em 31 de dezembro de 2015	176.772	3.822	180.594
<b>Demais valores a receber</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	246	-	246
Baixas	(183)	-	(183)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63	-	63
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>176.835</b>	<b>3.822</b>	<b>180.657</b>

Os valores demonstrados acima referem-se exclusivamente a posição de Furnas. Não há valores nas SPEs, envolvidas no consolidado, que possuam saldos referentes à Res. Aneel nº 1.585/2013.

### 15.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañia de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW(\*) médios para 240,8 MW(\*) médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

(\*) Informações não auditadas.

### **15.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar**

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740.

Em 15 de dezembro de 2015, com a presença de 99,96% dos credores da Eletronet, foi aprovada a proposta de acordo ofertada pelas acionistas da Eletronet, que concedia desconto de 76,74% sobre os créditos quirografários habilitados acima de R\$ 100.000,00, cabendo a Furnas o crédito de R\$ 4.762.

### **15.1.4 Contas a receber Chesf**

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(115.595)	(225.035)
(+) Complemento/constituição	(111.174)	(11.038)
Saldo em 31 de dezembro 2015	(226.769)	(236.073)

### 15.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
O N S	507	2.455	507
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	1.172	2.110	1.172
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	1.474	1.668	1.474
<b>Total</b>	<b>3.153</b>	<b>6.233</b>	<b>3.153</b>
Circulante	1.821	3.138	1.821
Não Circulante	1.332	3.095	1.332

### 15.4 Pagamento antecipado de energia

Na data de 05 de fevereiro de 2015, Furnas celebrou contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A (SAESA), cujo suprimento se dará no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo ao pagamento, a título de adiantamento, do montante de R\$ 130.000, relativo à entrega futura dessa energia, cujas condições estão apresentadas nas notas explicativas incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2015.

Novas condições estão sendo discutidas entre as partes, para formalização de termo aditivo ao referido contrato, as quais são apresentadas a seguir:

Confere-se à SAESA a opção de redução integral da energia contratada para todo o período de suprimento, até o dia 31 de março de 2016, com a devolução do pagamento acrescido de um Valor de Referência (VR), estabelecido em função da data de exercício da opção. Por outro lado, Furnas também poderá exercer tal opção, nas mesmas condições da vendedora, entre os dias 27 de abril de 2015 e 31 de março de 2016.

Todas as datas relacionadas ao exercício da opção são compartilhadas, isto é, qualquer das partes poderá optar com os mesmos parâmetros de VR, sendo eles de R\$ 12,61 até 20 de junho de 2015, R\$ 27,99/MWh até 20 de novembro de 2015 e de R\$ 40,73/MWh até 20 de março de 2016.

Frente ao exposto sobre as características do contrato, inclusive seu futuro aditamento, não se observa risco material de perda do valor adiantado por Furnas, pois em ambas as opções o mesmo deverá ser ressarcido pela SAESA. Em 2016 o referido contrato foi liquidado, conforme nota 42 eventos subsequentes.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.5 Despesas pagas antecipadamente

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Cessão de crédito	116.276	-	116.276
Prêmios de seguros	3.002	374	3.044
Outros	2.269	2.286	2.269
<b>Total</b>	<b>121.547</b>	<b>2.660</b>	<b>121.589</b>
Circulante	34.340	2.660	34.382
Não Circulante	87.207	-	87.207

#### 15.5.1 Cessão de crédito

Refere-se a saldo do custo da operação de cessão de crédito com o Santander, R\$ 145.345 que esta sendo apropriado mensalmente ao resultado pelo período de 60 meses, conforme vigência do contrato de cessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 16 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Participações societárias permanentes</b>			
<b>Sociedade de Propósito Específico (SPE)</b>			
Baguari Energia S.A. (Baguari)	82.721	85.815	82.721
Brasventos Eolo Geradora Energia	20.082	20.750	20.082
Brasventos Missaba 3 Geradora	33.269	33.489	33.269
Caldas Novas Transmissão	13.560	12.846	13.560
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	18.709	20.825	18.709
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	415.501	364.522	415.501
Teles Pires Participações	357.989	246.921	357.989
Enerpeixe S.A.	561.282	555.860	561.282
Goiás Transmissão S.A.	190.245	138.436	190.245
Inambari Geração de Energia (Igesa)	79	110	79
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	423.067	378.187	423.067
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.896.068	2.724.068	2.896.068
MGE Transmissão S.A.	136.755	118.953	136.755
Rei dos Ventos 3 Geradora	19.934	21.356	19.934
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	121.774	111.906	121.774
Serra do Facão Energia S.A.	45.032	1.640	45.032
Transenergia Goiás S.A.	61.213	29.179	-
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	128.418	96.813	128.418
Transenergia São Paulo S.A.	91.141	83.116	91.141
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	19.061	16.134	19.061
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	17.574	15.616	17.574
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	17.900	14.978	17.900
Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	21.181	16.863	21.181
Energia dos Ventos I S.A.	-	7.254	-
Energia dos Ventos II S.A.	-	4.406	-
Energia dos Ventos III S.A.	-	6.535	-
Energia dos Ventos IV S.A.	-	9.535	-
Energia dos Ventos V S.A.	-	929	-
Energia dos Ventos VI S.A.	-	1.272	-
Energia dos Ventos VII S.A.	-	1.380	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	910	-
Energia dos Ventos IX S.A.	-	975	-
Energia dos Ventos X S.A.	-	5.807	-
Triângulo Mineiro Transmissora	82.555	38.246	82.555
Paranaíba	100.726	67.383	100.726
Central Eólica Famosa I S.A.	7.479	7.012	7.479
Central Eólica Pau Brasil S.A.	4.874	4.664	4.874
Central Eólica Rosada S.A.	9.136	8.673	9.136
Central Eólica São Paulo S.A.	5.601	5.278	5.601
Vale do São Bartolomeu	56.469	16.128	56.469
Punauí I	10.829	8.912	10.829

Continua

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Camaúba I	10.261	8.336	10.261
Camaúba II	8.293	6.744	8.293
Camaúba III	7.290	6.008	7.290
Camaúba V	10.777	8.956	10.777
Cachoeira	767	4.684	767
Cervantes I	7.355	6.045	7.355
Cervantes II	5.474	4.516	5.474
Bom Jesus	1.251	7.090	1.251
Pitumbu	1.037	6.990	1.037
São Caetano I	1.137	7.053	1.137
São Caetano	1.387	9.878	1.387
São Galvão	1.342	9.310	1.342
Mata de Santa Genebra	30.336	26.177	30.336
Belo Monte Transmissora	195.529	6.119	195.529
Eólica Ventos de São Rafael	-	1.063	-
Eólica Ventos de São Cirilo	-	1.063	-
Eólica Ventos de São Bento	-	1.063	-
Eólica Ventos de Santo Antônio	-	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Vera	-	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Marcela	-	1.063	-
Eólica Itaguaçu da Bahia	-	1.062	-
Eólica Ventos de Santa Luíza	-	1.063	-
Eólica Ventos de Santa Madalena	-	1.062	-
Eólica Ventos de São João	-	1.063	-
Lago Azul Transmissão	6.632	1.970	6.632
CSE Centro de Soluções Estratégicas	1.147	(299)	1.147
Tijoa Participações e Investimentos	5.666	167	5.666
Energia Olímpica	2.487	(213)	2.487
Empresa de Energia São Manoel	103.314	(594)	103.314
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (IBER)	11.798	-	11.798
<b>Subtotal de investimentos em SPE</b>	<b>6.385.504</b>	<b>5.431.227</b>	<b>6.324.291</b>
<b>Outros investimentos</b>			
Terrenos para uso futuro	1.883	1.883	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	11.973	10.916	11.973
<b>Subtotal de outros investimentos</b>	<b>13.856</b>	<b>12.799</b>	<b>13.856</b>
<b>Provisão para perdas sobre investimentos</b>			
Inambari Geração de Energia (Igesa)	(79)	(110)	(79)
Central Eólica Famosa I S.A.	(6.174)	(6.174)	(6.174)
Central Eólica Pau Brasil S.A.	(4.116)	(4.116)	(4.116)
Central Eólica Rosada S.A.	(7.718)	(7.718)	(7.718)
Central Eólica São Paulo S.A.	(4.630)	(4.630)	(4.630)
Punaú I	-	(7.032)	-
Camaúba I	-	(7.098)	-
Camaúba II	-	(5.808)	-
Camaúba III	-	(5.163)	-
Camaúba V	-	(7.744)	-
Cachoeira	-	(3.813)	-

Continua

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Descrição	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Cervantes I	-	(4.686)	-
Cervantes II	-	(3.872)	-
Bom Jesus	-	(5.720)	-
Pitimbu	-	(5.720)	-
São Caetano I	-	(5.186)	-
São Caetano	-	(7.491)	-
São Galvão	-	(7.626)	-
Empresa de Energia São Manoel	(47.905)	-	(47.905)
Madeira Energia S.A. (MESA)	(97.010)	-	(97.010)
Teles Pires Participações	(115.412)	-	(115.412)
<b>Subtotal de provisão para perdas sobre investimentos</b>	<b>(283.044)</b>	<b>(99.709)</b>	<b>(283.044)</b>
<b>Total de investimentos</b>	<b>6.116.316</b>	<b>6.344.317</b>	<b>6.055.103</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2014	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Controladora em 31.12.2015	Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2015
<b>Participações societárias permanentes</b>											
<b>Sociedade de Propósito Específico (SPE)</b>											
Baguari Energia S.A.	30,6122	85.815	-	-	-	6.226	-	(9.320)	82.721	-	82.721
Brasventos Edo Geradora de Energia	24,5000	20.750	-	-	-	(668)	-	-	20.082	-	20.082
Brasventos Missaba 3 Geradora	24,5000	33.469	-	-	-	(200)	-	-	33.269	-	33.269
Caldas Novas	49,9000	12.846	-	-	-	1.166	-	(452)	13.560	-	13.560
Centroeste de Minas	49,0000	20.825	-	-	-	4.361	-	(6.477)	18.709	-	18.709
Chapcoense Geração S.A.	40,0000	364.522	-	-	-	73.267	-	(22.288)	415.501	-	415.501
Teles Pires Participações	24,7200	246.921	155.132	-	-	(44.064)	-	-	357.989	-	357.989
Enerpeixe	40,0000	555.860	-	-	-	68.107	-	(62.685)	561.282	-	561.282
Goás Transmissão S.A.	49,0000	138.436	-	-	-	66.566	-	(14.757)	190.245	-	190.245
Inamban Geração de Energia	19,6000	110	-	-	-	(31)	-	-	79	-	79
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	378.187	-	-	-	58.894	-	(14.014)	423.067	-	423.067
Madeira Energia S.A.	39,0000	2.724.068	164.970	-	-	7.030	-	-	2.896.068	-	2.896.068
MGE Transmissão S.A.	49,0000	118.953	-	1.960	-	20.476	-	(4.634)	136.755	-	136.755
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	21.356	-	-	-	(1.422)	-	-	19.934	-	19.934
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	111.906	-	2.695	-	7.173	-	-	121.774	-	121.774
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	1.640	-	27.210	-	23.047	-	(6.865)	45.032	-	45.032
Transenergia Goiás S.A.	98,3516	28.179	35.518	-	-	(3.484)	-	-	61.213	(61.213)	-
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	96.813	-	-	-	38.777	-	(7.172)	128.418	-	128.418
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	83.116	-	1.960	-	6.065	-	-	91.141	-	91.141
Transirapé	24,5000	16.134	-	-	-	3.605	-	(678)	19.061	-	19.061
Transleste	24,0000	15.616	-	-	-	4.719	-	(2.761)	17.574	-	17.574
Transudeste	25,0000	14.978	-	-	-	3.459	-	(537)	17.900	-	17.900
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	16.863	-	-	-	4.318	-	-	21.181	-	21.181
Energia dos Ventos I S.A.	00,0000	7.254	-	-	(7.253)	(1)	-	-	-	-	-

Continue

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Descritivo	Part. [%]	Saldo Controladora em 31.12.2014	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Controladora em 31.12.2015	Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2015
Energia dos Ventos II S.A.	00,0000	4.408	-	-	(4.408)	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	00,0000	6.535	-	-	(6.535)	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	00,0000	9.535	-	-	(9.535)	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	99,9900	929	967	-	-	(1.896)	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	99,9900	1.272	1.324	-	-	(2.596)	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	99,9900	1.380	1.436	-	-	(2.816)	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	99,9900	910	947	-	-	(1.857)	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	99,9900	975	1.015	-	-	(1.990)	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	00,0000	5.907	-	-	(5.908)	(1)	-	-	-	-	-
Triângulo Mineiro	49,0000	36.246	37.129	6.223	-	2.957	-	-	82.555	-	82.555
Paranaíba	24,5000	67.383	29.400	-	-	3.943	-	-	100.726	-	100.726
Central Eólica Famosa I S.A.	49,0000	7.012	-	1.059	-	(592)	-	-	7.479	-	7.479
Central Eólica Pau Brasil S.A.	49,0000	4.664	-	706	-	(496)	-	-	4.874	-	4.874
Central Eólica Rosada S.A.	49,0000	8.673	-	1.333	-	(870)	-	-	9.136	-	9.136
Central Eólica São Paulo S.A.	49,0000	5.278	-	823	-	(500)	-	-	5.601	-	5.601
Vale do São Bartolomeu	39,0000	16.128	23.927	14.902	-	1.512	-	-	56.469	-	56.469
Punau I	49,0000	8.912	133	-	-	1.764	-	-	10.829	-	10.829
Camauá I	49,0000	8.336	117	-	-	1.808	-	-	10.261	-	10.261
Camauá II	49,0000	6.744	103	-	-	1.446	-	-	8.293	-	8.293
Camauá III	49,0000	6.008	87	-	-	1.185	-	-	7.290	-	7.290
Camauá V	49,0000	8.956	132	-	-	1.689	-	-	10.777	-	10.777
Cervantes I	49,0000	6.045	88	-	-	1.222	-	-	7.355	-	7.355
Cervantes II	49,0000	4.516	75	-	-	883	-	-	5.474	-	5.474
Bom Jesus	49,0000	7.090	117	-	-	(5.956)	-	-	1.251	-	1.251
Cachoeira	49,0000	4.884	87	-	-	(4.004)	-	-	767	-	767
Pitimbu	49,0000	6.990	118	-	-	(6.071)	-	-	1.037	-	1.037
São Caelano I	49,0000	7.053	117	-	-	(6.033)	-	-	1.137	-	1.137
São Caelano	49,0000	9.678	177	-	-	(8.668)	-	-	1.387	-	1.387
São Galvão	49,0000	9.310	163	-	-	(8.131)	-	-	1.342	-	1.342
Mata de Santa Genebra	49,0000	28.177	2.744	-	-	1.415	-	-	30.336	-	30.336
Beló Monte Transmissora	24,5000	6.119	194.040	-	-	(4.830)	-	-	195.529	-	195.529

Continuar

Continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2014	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Controladora em 31.12.2015	Eliminação	Saldo Consolidado em 31.12.2015
Eólica Ventos de São Rafael <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	456	-	(1.620)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de São Carlos <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	456	-	(1.620)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de São Bento <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.620)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santo Antônio <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.620)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Vera <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Marcela <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Eólica Itaguaçu de Bahia <sup>(a)</sup>	00,0000	1.062	455	-	(1.619)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Luzia <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Madalena <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.619)	102	-	-	-	-	-
Eólica Ventos de São João <sup>(a)</sup>	00,0000	1.063	455	-	(1.619)	101	-	-	-	-	-
Lago Azul Transmissão	49,9000	1.970	6.563	-	-	99	-	-	8.632	-	8.632
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,9000	(298)	-	2.496	-	(1.049)	-	-	1.147	-	1.147
Tipo Participações e Investimentos	49,9000	167	-	5.639	-	7.345	-	(7.485)	5.666	-	5.666
Energia Olímpica	49,9000	(213)	-	-	-	2.700	-	-	2.487	-	2.487
Empresa de Energia São Manoel	33,3330	(594)	105.667	-	-	(1.759)	-	-	103.314	-	103.314
Itaguaçu de Bahia Energias Renováveis (IBER) <sup>(a)</sup>	49,0000	-	16.194	-	-	(4.395)	-	-	11.798	-	11.798
<b>Subtotal</b>		<b>5.431.227</b>	<b>783.039</b>	<b>87.006</b>	<b>(49.729)</b>	<b>314.087</b>	-	<b>(160.125)</b>	<b>6.383.604</b>	<b>(61.213)</b>	<b>6.324.391</b>
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos para uso futuro	-	1.883	-	-	-	-	-	-	1.883	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	-	10.916	1.076	-	(19)	-	-	-	11.973	-	11.973
<b>Subtotal</b>		<b>12.799</b>	<b>1.076</b>	-	<b>(19)</b>	-	-	-	<b>13.856</b>	-	<b>13.856</b>
Provisão para perda	-	(110)	-	-	-	-	-	-	(79)	-	(79)
Inambari Geração de Energia <sup>(a)</sup>	-	(6.174)	-	-	31	-	-	-	(6.174)	-	(6.174)
Central Eólica Famosa I <sup>(c)</sup>	-	(4.116)	-	-	-	-	-	-	(4.116)	-	(4.116)
Central Eólica Pau Brasil <sup>(c)</sup>	-	(7.718)	-	-	-	-	-	-	(7.718)	-	(7.718)
Central Eólica Rosada <sup>(c)</sup>	-	(4.630)	-	-	-	-	-	-	(4.630)	-	(4.630)
Central Eólica São Paulo <sup>(c)</sup>	-	(7.032)	-	-	-	7.032	-	-	-	-	-
Punaçu I <sup>(c)</sup>	-	(7.098)	-	-	-	7.098	-	-	-	-	-
Carnaúba I <sup>(c)</sup>	-	(5.808)	-	-	-	5.808	-	-	-	-	-
Carnaúba II <sup>(c)</sup>	-	(5.163)	-	-	-	5.163	-	-	-	-	-
Carnaúba III <sup>(c)</sup>	-	(7.744)	-	-	-	7.744	-	-	-	-	-
Carnaúba V <sup>(c)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2014	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Controladora em 31.12.2015	Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2015
Cachoeira <sup>(c)</sup>	-	(3.813)	-	-	-	3.813	-	-	-	-	-
Cervantes I <sup>(c)</sup>	-	(4.688)	-	-	-	4.688	-	-	-	-	-
Cervantes II <sup>(c)</sup>	-	(3.872)	-	-	-	3.872	-	-	-	-	-
Bom Jesus <sup>(c)</sup>	-	(5.720)	-	-	-	5.720	-	-	-	-	-
Pitimbu <sup>(c)</sup>	-	(5.720)	-	-	-	5.720	-	-	-	-	-
São Caetano I <sup>(c)</sup>	-	(5.186)	-	-	-	5.186	-	-	-	-	-
São Caetano <sup>(c)</sup>	-	(7.491)	-	-	-	7.491	-	-	-	-	-
São Galvão <sup>(c)</sup>	-	(7.626)	-	-	-	7.626	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel	-	-	(47.905)	-	-	-	-	-	(47.905)	-	(47.905)
Madeira Energia S.A.	-	-	(97.010)	-	-	-	-	-	(97.010)	-	(97.010)
Teles Pires Participações	-	-	(115.412)	-	-	-	-	-	(115.412)	-	(115.412)
<b>Subtotal</b>		<b>(99.709)</b>	<b>(250.327)</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>76.961</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(283.044)</b>	<b>-</b>	<b>(283.044)</b>
<b>Total de Investimentos</b>		<b>5.344.317</b>	<b>523.788</b>	<b>67.005</b>	<b>(49.717)</b>	<b>391.048</b>	<b>-</b>	<b>(160.125)</b>	<b>5.116.316</b>	<b>(61.213)</b>	<b>6.055.103</b>

(a) Em dezembro/2015 houve uma reorganização societária nas empresas do Complexo Itaguaçu, que resultou na criação da Holding Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER). A participação que cada acionista detinha nas empresas do Complexo foram transferidas para a Holding e esta passou a deter 100% das ações das demais SPEs.

(b) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Fumas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 79.

(c) Em 2014, estas Companhias possuíam registrados em seus balanços R\$ 203.264 referentes a adiantamentos efetuados a empresa Wind Power Energia S.A. (IMPESA), fornecedora de aerogeradores que se encontrava em fase de recuperação judicial. Apesar destes valores estarem respaldados por seguro garantia, Fumas decidiu constituir uma provisão correspondente a sua participação neste valor (R\$ 99.599) por entender que não havia prazo para a conclusão do processo e recebimento do sinistro. Durante o exercício de 2015, as empresas pertencentes ao Complexo Punaui, receberam o valor do sinistro e baixaram o adiantamento dos seus balanços. Já as empresas pertencentes ao complexo Baleia, apesar de não terem o processo de sinistro concluído, optaram em registrar a perda com o adiantamento e aguardar a conclusão do processo para reverter essa despesa. Diante dos acontecimentos, Fumas efetuou a reversão da provisão e fez os devidos ajustes no seu investimento, através do cálculo de equivalência.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras Das SPEs	Principais Investidas											Demais Investidas	Total
	Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia	le Madeira	Serra do Facho	Tales Pres	Brasvento Eolo	Brasvento Missabe	Inambani	Rei dos Ventos 3	Belo Monte Transmissora		
Balanco Patrimonial em 31.12.2015													
Caixa e equivalente de caixa	176.308	82.946	299.963	41.833	31	130.877	30.946	40.630	182	24.490	332.604	1.160.810	1.951.618
Outros ativos circulantes	180.185	76.736	1.308.253	646.081	52.441	98.058	5.039	4.617	217	3.962	4.199	2.379.788	2.786.949
Ativo não circulante	3.238.691	1.646.380	23.362.763	4.149.365	2.143.748	5.122.261	222.766	242.645	40	219.981	920.165	41.268.805	47.382.245
Total Ativo	3.595.184	1.806.062	24.970.979	4.837.279	2.196.220	5.351.196	258.751	287.892	439	248.433	1.256.968	44.809.403	52.120.812
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	136.322	-	450.779	197.250	41.126	191.893	7.056	7.087	-	7.431	453.862	1.492.826	2.567.024
Outros passivos circunlantes	311.290	172.744	1.700.677	151.399	163.051	293.229	43.003	26.063	34	31.998	46.277	2.939.765	4.032.938
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	1.404.553	-	14.061.238	2.215.079	401.137	3.392.921	109.018	109.763	-	114.894	-	21.808.603	23.285.820
Outros passivos não circunlantes	704.268	230.114	1.507.188	546.746	1.499.884	80.097	17.708	9.186	-	12.745	8.733	4.616.669	5.063.215
Patrimônio Líquido	1.038.751	1.403.204	7.251.097	1.726.805	91.022	1.393.056	81.966	135.793	405	81.365	748.076	13.951.540	17.151.815
Total Passivo	3.595.184	1.806.062	24.970.979	4.837.279	2.196.220	5.351.196	258.751	287.892	439	248.433	1.256.968	44.809.403	52.120.812
Demonstração do Resultado para o Período Fim em 31.12.2015													
(+) Receita Líquida	738.792	435.627	2.604.869	596.433	280.164	354.316	28.169	30.921	-	24.601	-	5.093.892	6.298.330
(-) Custo de Operação	(317.723)	(169.512)	(1.596.906)	(31.494)	(163.752)	(371.539)	(14.311)	(15.698)	(120)	(13.888)	(10.501)	(2.705.444)	(3.331.512)
Lucro Bruto	421.069	266.115	1.007.963	564.939	116.412	(17.223)	13.858	15.223	(120)	10.713	(10.501)	2.388.448	2.966.818
(-) Despesas operacionais	(6.510)	(49.807)	(637.978)	(32.330)	(44.590)	(59.793)	(10.603)	(11.049)	(49)	(9.578)	(722)	(863.009)	(1.028.760)
(+) Receita financeira	32.149	8.389	161.751	26.835	3.318	14.978	3.146	4.175	17	2.603	55.344	312.705	390.855
(-) Despesa financeira	(143.821)	(46.278)	(1.128.693)	(229.381)	(272.574)	(184.328)	(8.987)	(9.276)	(4)	(9.469)	(53.782)	(2.086.593)	(2.264.815)
Lucro antes dos impostos	302.887	178.419	(596.957)	330.063	(197.434)	(246.366)	(2.586)	(927)	(156)	(5.731)	(9.661)	(248.449)	64.098
(-) Impostos sobre o lucro	(119.721)	(8.150)	614.963	(89.680)	62.402	57.671	-	-	-	-	(8.599)	508.906	447.762
Lucro Líquido (Prejuízo)	183.166	170.269	18.026	240.383	(135.032)	(188.695)	(2.586)	(927)	(156)	(5.731)	(18.260)	260.457	511.860
Outras informações													
Depreciação e amortização	(34.867)	(49.385)	(480.611)	-	(43.587)	(57.283)	(9.312)	(10.099)	(4)	(9.204)	(52)	(694.404)	(713.425)

**16.2.4 Transenergia Goiás S.A.**

Em razão de impossibilidade de subscrição e integralização de ações, a acionista J. Malucelli Energia, sócia de Furnas na empresa Transenergia Goiás S.A., que tem por finalidade construir e operar instalações de transmissão no Estado de Goiás, emitiu documento de doação de 2.875.500 ações a Furnas na data de 5 de novembro de 2014, que alterou assim a composição acionária da sociedade, passando Furnas a possuir 90,7283% das ações ordinárias.

No mês de dezembro de 2014 Furnas efetuou um aporte na Transenergia Goiás, no montante de R\$ 27.930 aumentando a sua participação para 98,1652%.

Durante o exercício de 2015, novos aportes foram efetuados por Furnas, nos meses de setembro e dezembro, totalizando R\$ 32.643. Com isso, a Empresa encerrou o ano detendo uma participação de 98,3516% no empreendimento.

A doação e transferência definitiva das ações da J. Malucelli foram aprovadas pelo CADE em 02 de abril de 2015, pela ANEEL em 18 de agosto de 2015 e pelo DEST em 08 de dezembro de 2015. Desta forma, no exercício de 2015 Furnas tornou-se acionista controladora da SPE e efetuou a consolidação das suas Demonstrações Financeiras.

**16.2.5 Complexo Itaguaçu Bahia**

Conforme previsto no CCC – Contrato de Constituição de Consórcio, assinado anteriormente à participação dos acionistas no leilão 10/13, A-5, e consoante Acordo de acionistas, o Salus Fundo de Investimento em Participações decidiu vender sua participação no empreendimento e Furnas prontificou-se a adquirir a referida participação. Ao adquirir as ações do FIP SALUS no “Complexo Itaguaçu Bahia”, Furnas que então detinha 49% de participação nas sociedades, passa a deter 98% de participação, tratando-se, portanto, de consolidação de controle na interpretação legal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos do artigo nº 90, II, da lei nº 12.259/2011. Desse modo, a operação, em cumprimento ao art.º 88 da mesma lei e Portaria Interministerial MJ/MF nº 994, de 30/05/2012, e disposições da Resolução nº 2 do CADE, de 29/05/2012, foi notificada para análise do CADE aos 27/08/2015 e registrada como ato de Concentração nº 08700.008573/15-91.

No CADE a operação transitou sob o rito sumário e a análise realizada pela Superintendência Geral do CADE concluiu pela aprovação da operação sem restrições, conforme Despacho publicado aos 15/09/2015, no Oficial da União, Seção 1, fls.19.

Após a operação, Furnas passará a ter controle do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, todas localizadas no município de Itaguaçu da Bahia – BA. Em todas as empresas Furnas deterá 98% de participação, restando a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A 2% das Ações. Ao concluir-se o processo de aprovação de transferência de ações das SPEs, o controle acionário das mesmas será exercido pela *Holding* Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A (IBER), que terá sua composição acionária de 98% detido por Furnas e de 2% detido pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

Uma vez já aprovada sem restrições pelo CADE, a operação aguarda decisão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, bem como será, oportunamente comunicada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

### 16.4 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Participações societárias permanentes</b>			
<b>Sociedade de Propósito Específico (SPE)</b>			
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315	315
Brasventos Eolo Geradora Energia	316	316	316
Retiro Baixo Energética	1.225	2.695	1.225
Transenergia São Paulo S.A.	-	1.960	-
Triângulo Mineiro Transmissora	-	6.223	-
Central Eólica Famosa I S.A.	-	1.059	-
Central Eólica Pau Brasil S.A.	-	706	-
Central Eólica Rosada S.A.	-	1.333	-
Central Eólica São Paulo S.A.	-	823	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas	-	1.996	-
Tijoa Participações e Investimentos	-	649	-
Energia dos Ventos V	3.239	-	-
Energia dos Ventos VI	4.859	-	-
Energia dos Ventos VII	4.855	-	-
Energia dos Ventos VIII	3.239	-	-
Energia dos Ventos IX	3.239	-	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (IBER)	34.300	-	34.300
Vale do São Bartolomeu Energias Renováveis	7.943	-	7.943
<b>Total</b>	<b>63.530</b>	<b>18.075</b>	<b>44.099</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 18 – INTANGÍVEL

Descritivo	Controladora					
	Saldo em 31.12.2014	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2015
<b>Vinculados à concessão – Geração</b>						
Em serviço						
Custo	58.235	123.753	(4.686)	-	4.147	181.449
Amortização	(3.138)	-	-	(1.484)	-	(4.622)
	55.097	123.753	(4.686)	(1.484)	4.147	176.827
Em curso						
Custo	1.996	2.167	-	-	(4.147)	16
	1.996	2.167	-	-	(4.147)	16
<b>Total vinculados à concessão – Geração</b>	<b>57.093</b>	<b>125.920</b>	<b>(4.686)</b>	<b>(1.484)</b>	<b>-</b>	<b>176.843</b>
<b>Vinculados à concessão – Transmissão</b>						
Em serviço						
Custo	2.541	-	-	-	25	2.566
Amortização	(300)	-	-	-	-	(300)
	2.241	-	-	-	25	2.266
Em curso						
Custo	1.325	1	-	-	(25)	1.301
	1.325	1	-	-	(25)	1.301
<b>Total vinculados concessão – Transmissão</b>	<b>3.566</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.567</b>
<b>Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis</b>						
Em serviço						
Custo	90.413	-	-	-	41.670	132.083
Amortização	(85.693)	-	-	(9.018)	-	(94.711)
	4.720	-	-	(9.018)	41.670	37.372
Em curso						
Custo	42.202	13.612	-	-	(16.988)	38.826
	42.202	13.612	-	-	(16.988)	38.826
<b>Total vinculados concessão – Outros intangíveis</b>	<b>46.922</b>	<b>13.612</b>	<b>-</b>	<b>(9.018)</b>	<b>24.682</b>	<b>76.198</b>
<b>Total</b>	<b>107.581</b>	<b>139.533</b>	<b>(4.686)</b>	<b>(10.502)</b>	<b>24.682</b>	<b>256.608</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	Consolidado						Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 01.01.2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Impairment (a)	
<b>Vinculados à concessão - Geração</b>							
<b>Em serviço</b>							
Custo	58.235	123.753	(4.688)	-	4.147	-	181.449
Amortização	(3.138)	-	-	(1.484)	-	-	(4.622)
	55.097	123.753	(4.688)	(1.484)	4.147	-	176.827
<b>Em curso</b>							
Custo	1.996	2.231	-	-	(4.147)	(64)	16
	1.996	2.231	-	-	(4.147)	(64)	16
<b>Total vinculados à concessão - Geração</b>	<b>57.093</b>	<b>125.984</b>	<b>(4.688)</b>	<b>(1.484)</b>	<b>-</b>	<b>(64)</b>	<b>176.843</b>
<b>Vinculados à concessão - Transmissão</b>							
<b>Em serviço</b>							
Custo	2.541	-	-	-	25	-	2.566
Amortização	(300)	-	-	-	-	-	(300)
	2.241	-	-	-	25	-	2.266
<b>Em curso</b>							
Custo	1.325	3	-	-	(25)	-	1.303
	1.325	3	-	-	(25)	-	1.303
<b>Total vinculados concessão - Transmissão</b>	<b>3.566</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.569</b>
<b>Não Vinculados à concessão - Outros intangíveis</b>							
<b>Em serviço</b>							
Custo	90.413	-	-	-	41.670	-	132.083
Amortização	(85.693)	-	-	(9.018)	-	-	(94.711)
	4.720	-	-	(9.018)	41.670	-	37.372
<b>Em curso</b>							
Custo	42.202	13.612	-	-	(16.988)	-	38.826
	42.202	13.612	-	-	(16.988)	-	38.826
<b>Total vinculados concessão - Outros intangíveis</b>	<b>46.922</b>	<b>13.612</b>	<b>-</b>	<b>(9.018)</b>	<b>24.682</b>	<b>-</b>	<b>76.198</b>
<b>Total</b>	<b>107.581</b>	<b>139.599</b>	<b>(4.688)</b>	<b>(10.502)</b>	<b>24.682</b>	<b>(64)</b>	<b>256.610</b>

(a) Valor referente a impairment realizado pelo Complexo Fortim (SPE's Energia dos Ventos 05 a 09).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora					Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	
<b>Vinculados à concessão - Geração</b>						
Em serviço						
Custo	19.301	-	-	-	38.934	58.235
Amortização	(1.788)	-	-	(1.350)	-	(3.138)
	17.513	-	-	(1.350)	38.934	55.097
Em curso						
Custo	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
	41.680	1.018	(1.768)	-	(38.934)	1.996
<b>Total vinculados à concessão - Geração</b>	<b>59.193</b>	<b>1.018</b>	<b>(1.768)</b>	<b>(1.350)</b>	<b>-</b>	<b>57.093</b>
<b>Vinculados à concessão - Transmissão</b>						
Em serviço						
Custo	2.552	-	-	-	(11)	2.541
Amortização	(300)	-	-	-	-	(300)
	2.252	-	-	-	(11)	2.241
Em curso						
Custo	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
	5.107	(3.793)	-	-	11	1.325
<b>Total vinculados concessão - Transmissão</b>	<b>7.389</b>	<b>(3.793)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.566</b>
<b>Não Vinculados à concessão - Outros Intangíveis</b>						
Em serviço						
Custo	81.752	-	-	-	8.661	90.413
Amortização	(69.107)	-	-	(16.586)	-	(85.693)
	12.645	-	-	(16.586)	8.661	4.720
Em curso						
Custo	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
	32.191	18.672	-	-	(8.661)	42.202
<b>Total vinculados concessão - Outros Intangíveis</b>	<b>44.836</b>	<b>18.672</b>	<b>-</b>	<b>(16.586)</b>	<b>-</b>	<b>46.922</b>
<b>Total</b>	<b>111.388</b>	<b>15.897</b>	<b>(1.768)</b>	<b>(17.936)</b>	<b>-</b>	<b>107.581</b>

Em 31 de dezembro de 2015, Furnas mantém registrado no intangível o custo com software de manutenção de sistema corporativo no total de R\$ 170.909 (R\$ 132.615 em 2014) sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 94.711 (R\$ 85.693 em 2014), calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R\$ 218.965<sup>(1)</sup> (R\$62.058 em 2014) registrado no intangível em serviço de Furnas, R\$ 35.227 (R\$ 36.604 em 2014) referem-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a utilização do bem público (UBP) para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplicio. A Usina de Simplicio iniciou suas atividades em junho de 2013, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 92 mensais. A Usina de Batalha iniciou suas atividades em maio de 2014, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 22 mensais.

Em maio de 2014 houve a transferência do valor de R\$ 7.316 do intangível em curso para o intangível em serviço pela entrada em operação da usina de Batalha e de R\$ 31.222 em virtude da transferência de saldo da usina de Simplicio.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante (Vide nota 25).

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Em dezembro de 2015 ocorreu uma adição no valor total de R\$ 123.751 no intangível em Serviço para as seguintes usinas em operação: R\$ 30.716 - UHE Mascarenhas de Moraes, R\$ 59.275 - UHE Serra da Mesa e R\$ 33.760 - UHE Itumbiara. Os registros foram realizados com base na orientação do item 10 "Repactuação do Risco Hidrológico de Geração de Energia Elétrica" do despacho ANEEL Nº 245/16, conforme descrito na Nota 9.

## NOTA 19 – FORNECEDORES

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Materiais e serviços	359.242	271.426	364.630
Fornecedores de energia elétrica – suprimento	53.849	113.116	53.849
Fornecedores de energia elétrica – encargos de uso da rede	43.071	49.122	43.071
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	282.411	313.302	282.411
Outros	3.027	3.319	3.058
<b>Total Circulante</b>	<b>741.600</b>	<b>760.285</b>	<b>747.019</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 20.1 Composição do endividamento – controladora e consolidado

Contraparte	Moeda/ Indicador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2015			31.12.2014		
				Encargos	Principal		Encargos	Principal	
					Circul.	Não Circul.		Circul.	Não Circul.
Moeda Estrangeira									
Eletrobras									
Eletrobras - BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,68% a.a. + tr. adm. 0,75% a.a.	534	13.871	20.805	509	9.435	23.588
Eletrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92% a.a. + tr. adm. 2% a.a.	1.135	48.083	73.631	1.088	33.652	84.124
Subtotal				1.669	62.954	94.436	1.597	43.087	107.712
Instituições Financeiras									
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	254	29.477	442.161	161	10.026	320.828
Subtotal				254	29.477	442.161	161	10.026	320.828
Subtotal Moeda Estrangeira				1.923	92.441	636.697	1.758	53.113	428.640
Moeda Nacional									
Eletrobras									
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tr. adm.	-	274.359	2.716.656	-	232.872	2.695.310
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + tr. adm. 1,5 a 2% a.a.	-	22.817	38.152	-	26.166	61.947
Eletrobras	Selic	30.06.2020	Selic	-	11.987	131.971	-	-	787.968
Eletrobras	CDI	30.06.2022	119,5% CDI	-	35.778	608.222	-	-	-
Subtotal				-	344.951	3.466.001	-	259.038	3.545.225
Instituições Financeiras									
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.382	66.399	636.327	2.279	66.161	700.200
BNDES	TJLP	15.07.2028	TJLP + 2,18% a.a.	138	3.870	35.718	133	3.857	39.446
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	632	16.468	148.214	619	16.409	164.090
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107,3% CDI	8.922	-	750.000	7.342	-	750.000
Banco do Brasil	CDI	07.02.2018	110% CDI	12.375	-	220.687	10.023	-	216.334
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	30.818	50.000	350.000	24.688	-	400.000
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	13.825	-	212.761	20.171	-	212.761
CEF	CDI	03.06.2020	111% CDI	24.973	-	424.973	20.171	-	400.000
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	2.714	-	86.569	2.211	-	86.569
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	3.066	-	113.975	2.541	-	113.975
CEF - Fname	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	7	276	1.403	8	275	1.956
CEF - Fname	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	22	963	4.891	25	962	5.854
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	104	1.606	66.640	104	-	68.350
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	187	2.243	93.100	145	-	95.000
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	19.278	-	1.000.000	15.160	-	1.000.000
BASA	CDI	31.07.2017	102,88% CDI	11.777	-	200.000	9.513	-	200.000
Subtotal				131.450	141.825	4.307.910	106.197	87.664	4.639.986
Outros									
Sale Grid	Não indexado	28.07.2023	10% a.a.	-	-	138.274	-	-	-
Cessão de Crédito - Santander	IPCA	20.12.2019	-	(b)	162.257	486.773	-	-	-
Subtotal				-	162.257	626.047	-	-	-
Subtotal Moeda Nacional				131.450	649.033	8.428.968	106.197	348.702	7.991.300
Total				133.373	741.474	8.946.866	107.965	399.816	8.411.890

(a) Em 30.06.2015 houve uma reclassificação do contrato ECR 285, no valor de R\$ 644.000 do indicador Selic para o indicador CDI, conforme contrato vigente.  
(b) Cessão de Crédito firmado com o Banco Santander (Nota 20.5). Os juros foram pagos antecipadamente e reconhecido como despesa antecipada (Nota 15.5)



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20.2 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	Controladora e Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	\$	R\$	%	\$	R\$	%
<b>Moeda estrangeira</b>						
US\$	129.866	507.102	5,1	137.244	364.547	4,1
Yen	3.819.272	123.859	1,3	5.347.041	118.864	1,3
		630.961	6,4		483.411	5,4
<b>Moeda nacional</b>						
CDI		4.143.595	42,1		3.474.500	38,9
IPCA		3.640.045	37,0		2.928.182	32,8
TJLP		1.007.364	10,2		1.090.295	12,2
SELIC		143.968	1,5		787.968	8,9
		8.934.972	90,8		8.280.945	92,8
<b>Não Indexado</b>		275.469	2,8		163.304	1,8
		9.210.441	93,6		8.444.249	94,6
<b>Total</b>		<b>9.841.402</b>	<b>100,0</b>		<b>8.927.860</b>	<b>100,0</b>

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2015 (anual)	2014 (anual)
US\$	47,01	13,39
Yen	45,88	-0,45
IPCA	10,48	6,56

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	31.12.2015			31.12.2014
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2016	-	-	-	522.465
2017	1.176.814	92.441	1.269.255	1.048.532
2018	2.112.888	60.950	2.173.838	1.961.280
2019	1.157.939	29.477	1.187.416	982.908
2020	1.029.605	29.477	1.059.082	1.000.908
2021	835.696	29.477	865.173	804.873
Após 2021	2.117.016	294.775	2.411.791	2.098.926
<b>Total</b>	<b>8.429.958</b>	<b>536.597</b>	<b>8.966.555</b>	<b>8.419.890</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20.3 Mutação dos empréstimos e financiamentos

Descritivo	Controladora e Consolidado				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	387.245	7.125.032	44.219	389.948	7.946.444
Ingressos	-	1.044.000	-	51.943	1.095.943
Encargos	733.695	-	10.802	-	744.497
Variação monetária e cambial	-	169.427	-	40.061	209.488
Transferências para o circulante	347.190	(347.190)	53.412	(53.412)	-
Capitalização de juros	-	81	-	-	81
Amortizações	(1.015.231)	-	(53.562)	-	(1.068.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	452.899	7.991.350	54.871	428.540	8.927.660
Ingressos	-	885.828	-	-	885.828
Encargos	884.760	-	13.673	-	898.433
Variação monetária e cambial	-	359.184	-	219.528	578.712
Transferências para o circulante	809.871	(809.871)	111.471	(111.471)	-
Capitalização de juros	-	3.467	-	-	3.467
Amortizações	(1.367.047)	-	(85.651)	-	(1.452.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	780.483	8.429.958	94.364	636.597	9.841.402

As principais variações ocorridas no exercício de 2015, na mutação dos empréstimos e financiamentos estão compostas como segue:

- Adições (moeda nacional): liberação dos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º desembolsos do Contrato de Mútuo com a State Grid Brazil Holding no valor total de R\$ 135.828 e contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A no valor de R\$ 750.000.
- Amortizações (moeda nacional e estrangeira): do valor total amortizado de R\$ 1.452.698: 1) R\$ 873.015 referem-se a pagamento de encargos; e 2) R\$ 579.683 a amortização de principal da dívida com BNDES, BASA, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, FINEP, BID, Eletrobras e cessão de crédito.

### 20.4 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa *State Grid Brazil Holding*, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão, que está sendo realizada por meio da sociedade de propósito específico Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., constituída para tal, cujos sócios são: *State Grid* (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreu a liberação de parte desses recursos, conforme descrito na Nota 20.3, item a.

**20.5 – Cessão de créditos**

Furnas firmou contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A em 14 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 750.000 de valor de face total futuro, cujo objeto corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 13º Leilão de Energia Existente (A-0) de abril de 2014, conforme possibilidade prevista no item 15.5 dos CCEARs assinados com as seguintes empresas distribuidoras:

- Cia. Paulista de Força e Luz – CCEAR nº 14.196/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 139.959;
- Cia. Piratininga de Força e Luz – CCEAR nº 14.197/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 87.324;
- Elektro Eletricidade e Serviços S/A – CCEAR nº 14.200/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 404.610; e
- Ampla Energia e Serviços S/A – CCEAR nº 14.173/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 118.107.

Esta cessão não estabelece direito de regresso por parte do cessionário.

O valor creditado na conta corrente de FURNAS sofreu uma redução de R\$ 145.345 (equivalente ao Custo de Hedge) que foi pago integralmente e registrado como despesa antecipada, no ativo não circulante e diferido mensalmente ao resultado durante a vigência do contrato, que é de 60 meses (nota 15.5).

Os créditos cedidos incluem também o reajuste do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aplicado às CCEARs no mês de maio de cada ano.

**20.6 Cláusulas contratuais restritivas**

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Empresa possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Empresa não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar a rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 não há inadimplência da Empresa em relação a essa cláusula.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (covenants financeiros) conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000005/04	89.263	LAJIDA insuficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000006/95	117.071	LAJIDA insuficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000004/23	424.973	LAJIDA insuficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000003/42	226.686	LAJIDA insuficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	0.206.352.0000001/26	5.876	LAJIDA insuficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	0.206.352.0000002/07	1.686	LAJIDA insuficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplicio)	705.108	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	165.314	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	39.726	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim

## NOTA 21 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2015, a composição dos impostos e contribuições sociais a recolher são apresentados como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Circulante</b>			
Tributos a recolher	467.952	304.805	468.209
<b>Total circulante</b>	<b>467.952</b>	<b>304.805</b>	<b>468.209</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos a recolher	785.743	689.875	789.069
<b>Total não circulante</b>	<b>785.743</b>	<b>689.875</b>	<b>789.069</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	108.197	109.567	108.197
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	35.206	31.076	35.206
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	99.608	3.678	99.635
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	38.328	1.324	38.358
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	23.045	21.309	23.071
Pasep/Cofins	59.563	59.018	59.584
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.273	6.185	6.275
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	30.905	19.098	30.981
Impostos retidos – Lei nº 10.833	29.882	17.915	29.882
ICMS/ISS	31.169	30.352	31.244
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	5.500	5.143	5.500
Outros	276	140	276
<b>Total circulante</b>	<b>467.952</b>	<b>304.805</b>	<b>468.209</b>
Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003	162.295	273.917	162.295
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	419.545	401.394	419.545
IR / CS Diferido	193.147	-	194.374
Pasep/Cofins Diferido	10.756	14.564	12.855
<b>Total não circulante</b>	<b>785.743</b>	<b>689.875</b>	<b>789.069</b>

### 21.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2015, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
<b>Saldo em 31.12.2014 (42 Parcelas)</b>	<b>383.484</b>
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2015	(123.902)
Atualização monetária até 31.12.2015	10.910
<b>Saldo em 31.12.2015 (30 Parcelas)</b>	<b>270.492</b>
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2015 (12 parcelas)	108.197
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2015 (18 parcelas)	162.295

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438 ;

b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e

c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388 .

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado à 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2015, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
<b>Débito Inscrito no Refis Lei nº 12.865/2013 em 31.12.2014</b>	<b>432.470</b>
<b>Saldo em 31.12.2014 (167 Parcelas)</b>	<b>432.470</b>
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2015	(33.156)
Atualização monetária até 31.12.2015	55.437
<b>Saldo em 31.12.2015 ( 155 Parcelas)</b>	<b>454.751</b>
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2015 (12 parcelas)	35.206
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2015 (143 parcelas)	419.545

### 21.1.3 – Fim do Regime Tributário de Transição

Atendendo aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, a Empresa registrou em passivo, imposto diferido resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do Regime Tributário de Transição, como evidenciado a seguir:

	Controladora
<b>Descritivo</b>	<b>31.12.2015</b>
Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei no 12.973/14) - 2010 a 2014	627.405
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015	(59.325)
<b>Saldo Remanescente</b>	<b>568.080</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>193.148</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Folha de pagamento	48.534	37.032	48.534
Provisão de férias	41.863	37.881	41.915
Provisão de gratificação de férias	31.406	28.419	31.406
Provisão de FRG sobre férias	5.918	5.466	5.918
INSS sobre provisão de férias	21.387	19.364	21.405
FGTS sobre provisão de férias	5.859	5.301	5.864
Adicional Senai sobre provisão de férias	146	133	146
Honorários/encargos dos administradores	626	877	626
Sebrae <sup>(1)</sup> sobre provisão de férias	441	399	441
Participações nos lucros (PLR)	87.131	89.421	87.131
<b>Total circulante</b>	<b>243.311</b>	<b>224.293</b>	<b>243.386</b>

<sup>(1)</sup>Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

## NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

Descritivo	Controladora		Consolidado
	30.12.2015	30.12.2014	30.12.2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	2.918	3.701	2.918
Ministério de Minas e Energia	1.459	1.851	1.459
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	112.086	110.298	112.086
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	21.405	20.981	21.405
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	1.667	1.263	1.667
<b>Total circulante</b>	<b>139.535</b>	<b>138.094</b>	<b>139.535</b>
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	113.210	95.147	113.210
<b>Total não circulante</b>	<b>113.210</b>	<b>95.147</b>	<b>113.210</b>

## NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

	Controladora e Consolidado			Controladora		
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato da reserva a amortizar	-	-	-	70.474	-	70.474
Contribuições amortizantes Plano BD	8.005	58.584	66.589	6.867	59.829	66.696
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	170.727	170.727	-	244.100	244.100
<b>Total</b>	<b>8.005</b>	<b>229.311</b>	<b>237.316</b>	<b>77.341</b>	<b>303.929</b>	<b>381.270</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	31.12.2014			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	9.009.823	115.340	9.086	9.134.249
Custos dos serviços corrente líquido	30.871	2.905	416	34.192
Custos dos juros	1.054.463	11.258	1.096	1.066.817
Benefícios pagos	(634.148)	(5.141)	-	(639.289)
Custo de saúde - Preq	-	41.198	-	41.198
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração:				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(14.774)	17.432	-	2.658
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	232.779	76.074	130	308.983
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(583.897)	(25.870)	176	(609.591)
<b>Subtotal</b>	<b>(365.892)</b>	<b>67.636</b>	<b>306</b>	<b>(297.950)</b>
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano</b>	<b>9.095.117</b>	<b>233.196</b>	<b>10.904</b>	<b>9.339.217</b>
<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do ano	9.065.026	-	-	9.065.026
Receita de juros	1.069.463	-	-	1.069.463
Contribuições patronais	54.157	5.141	-	59.298
Contribuições de participantes do plano	72.253	-	-	72.253
Benefícios pagos/adiantados	(634.148)	(5.141)	-	(639.289)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	492.804	-	-	492.804
<b>Subtotal</b>	<b>492.804</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>492.804</b>
<b>Valor justo dos ativos no fim do exercício</b>	<b>10.119.555</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.119.555</b>

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2015	31.12.2014
Valores disponíveis imediatos	325	1.383
Realizável previdenciário	188.541	251.018
Renda fixa	7.489.621	7.338.189
Renda variável	1.651.084	2.179.578
Investimentos imobiliários	493.772	513.607
Empréstimos e financiamentos	228.304	241.759
Tesouraria	6.529	3.214
(-) Exigíveis previdenciários	(286.003)	(359.494)
(-) Exigíveis de investimentos	(52.964)	(49.699)
<b>Total dos ativos garantidos</b>	<b>9.717.209</b>	<b>10.119.555</b>

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 24.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2015	31.12.2014
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	1.368.142	1.128.800

Descritivo	31.12.2015			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	218	(64)	52	206
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	716.814	47.290	301	764.405
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(45.409)	19.431	6.103	(19.875)
Retorno sobre ativos do plano	(1.013.758)	-	-	(1.013.758)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	238.882	-	-	238.882
<b>Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA</b>	<b>(103.253)</b>	<b>66.657</b>	<b>6.456</b>	<b>(30.140)</b>

Descritivo	31.12.2014			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	14.774	(17.432)	-	(2.658)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(232.779)	(83.704)	(130)	(316.613)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	583.897	(39.087)	(178)	544.634
Retorno sobre ativos do plano	492.803	-	-	492.803
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(954.235)	-	-	(954.235)
<b>Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA</b>	<b>(95.540)</b>	<b>(140.223)</b>	<b>(306)</b>	<b>(236.069)</b>

#### 24.4.6 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 59.191 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 9,25 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Programa Previdenciário	31.12.2015
Menos de 1 ano	772.538
Entre 1-2 anos	773.832
Entre 2-5 anos	2.304.369
Mais de 5 anos	14.935.174
<b>Total</b>	<b>18.785.913</b>

#### 24.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 184.175 (aumento de R\$ 191.539).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 8.344 (redução de R\$ 7.673).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 147.965 (aumento de R\$ 143.076).

#### 24.6 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

PLANO BD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.932.521	8.641.480	8.605.270	8.980.984	8.789.445
Valor justo dos ativos do plano	9.670.659	9.670.659	9.670.659	9.670.659	9.670.659
<b>Superávit/ (Déficit) técnico do plano</b>	<b>738.138</b>	<b>1.029.179</b>	<b>1.065.389</b>	<b>689.675</b>	<b>881.214</b>
<b>Variações</b>					
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,6%	-1,7%	-2,1%	2,2%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	-16,2%	16,8%	20,9%	-21,7%	-

PLANO CD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	9.622	9.798	9.437	9.984	9.703
Valor justo dos ativos do plano	47.296	47.296	47.296	47.296	47.296
<b>Superávit/ (Déficit) técnico do plano</b>	<b>37.674</b>	<b>37.498</b>	<b>37.859</b>	<b>37.312</b>	<b>37.593</b>
<b>Variações</b>					
Aumento/redução da obrigação atuarial	-0,6%	1,0%	-2,7%	2,9%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	0,2%	-0,2%	0,7%	-0,7%	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 25 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 37.110 (31.12.2014 - R\$ 37.438) que se refere às usinas de Batalha, R\$ 7.138 (31.12.2014 - R\$ 7.224) e Simplício, R\$ 29.972 (31.12.2014 - R\$ 30.214).

### 25.1 Movimentação do passivo

Descrição	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.590	38.090	39.680
Encargos	-	986	986
Ajuste valor presente	1.561	(1.561)	-
Transferência para circulante	-	(1.530)	(1.530)
Amortização	(1.590)	(108)	(1.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.561	35.877	37.438
Encargos	-	1.660	1.660
Ajuste valor presente	-	-	-
Transferência para circulante	55	(55)	-
Amortização	-	(1.988)	(1.988)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.616	35.494	37.110

### 25.2 Composição do passivo por vencimentos

Ano	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
2014	-	159
2015	172	1.402
2016	1.444	1.402
2017	1.444	1.402
2018	1.444	1.402
Após 2018	32.606	31.671
Total	37.110	37.438

### 25.3 Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto dos contratos de concessão das UHE Simplício e Batalha, Furnas recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, do valor das parcelas mensais equivalente a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 972 para UHE Simplício e R\$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Usinas/Duração da concessão	Controladora e Consolidado			
	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Batalha – 35 anos	249	6.398	278	7.138
Simplicio – 35 anos	972	24.960	1.168	29.972

## NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

### 26.1 A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

Controladora			
Descritivo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	344.481	(116.927)	227.554
Tributários	12.478	7.511	19.989
Cíveis e outros	198.350	63.398	261.748
<b>Total não circulante</b>	<b>555.309</b>	<b>(46.018)</b>	<b>509.291</b>

Controladora			
Descritivo	31.12.2014	Adições/ (Reversões)	31.12.2015
Trabalhistas	227.554	31.523	259.077
Tributários	19.989	128.887	148.876
Cíveis e outros	261.748	64.674	326.422
<b>Total não circulante</b>	<b>509.291</b>	<b>225.084</b>	<b>734.375</b>

Consolidado			
Descritivo	31.12.2014	Adições/ (Reversões)	31.12.2015
Trabalhistas	227.554	31.523	259.077
Tributários	19.989	128.887	148.876
Cíveis e outros	261.748	65.403	327.151
<b>Total não circulante</b>	<b>509.291</b>	<b>225.813</b>	<b>735.104</b>

### 26.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2015, os processos trabalhistas tiveram um aumento de R\$ 31.523, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de algumas ações.

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria, (iii) complementação do benefício da previdência privada

### 26.1.2 Riscos tributários prováveis

Em 31 de dezembro de 2015, os processos trabalhistas sofreram um aumento de R\$ 128.887, tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de algumas ações, destacando se abaixo:

- (i) Adição do processo nº 0084092-14.2015.4.02.510, da esfera tributária, tratando-se de ação anulatória na qual se discute o crédito tributário decorrente do processo administrativo nº 16682.720330/2012 (cobrança de PIS/COFINS sobre RTE e Itaipu) no montante de R\$ 126.377, de modo que tal exigência foi garantida pelo depósito judicial efetuado em sede da ação cautelar a ele apenso, de nº 064673-08.2015.4.02.5101. Em 06/07/2015 Furnas efetuou depósito judicial no montante integralmente exigido à época, que totalizava R\$ 117.309.

### 26.1.3 Riscos cíveis e outros prováveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, autuações da Aneel e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória.

### 26.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

Controladora e Consolidado			
Descritivo	31.12.2013	Adições/ (Reversões)	31.12.2014
Trabalhistas	244.431	(39.622)	204.809
Tributários	3.522.217	214.544	3.736.761
Cíveis e outros	1.026.903	120.497	1.147.400
<b>Total não circulante</b>	<b>4.793.551</b>	<b>295.419</b>	<b>5.088.970</b>

Controladora e Consolidado			
Descritivo	31.12.2014	Adições/ (Reversões)	31.12.2015
Trabalhistas	204.809	55.348	260.157
Tributários	3.736.761	1.015.869	4.752.630
Cíveis e outros	1.147.400	439.035	1.586.435
<b>Total não circulante</b>	<b>5.088.970</b>	<b>1.510.251</b>	<b>6.599.221</b>

### 26.2.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, os processos trabalhistas com probabilidade possível tiveram aumento de R\$ 55.348 tendo em vista mudança de prognósticos e finalização de ações. Os valores neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

### 26.2.2 Processos cíveis e outros possíveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, autuações da Aneel e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória, das quais, em 31 de dezembro de 2015, destacam-se:

- (i) Adição do processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001, da esfera cível, no valor de R\$ 123.476, referente à declaração de inexistência de multa e cobrança de danos materiais por parte do Consórcio Fornecedor Batalha (CONBAT). A ação visa suspender, em caráter liminar, e anular, ao final da demanda, a imposição indevida de multa pela Ré Furnas ao Autor CONBAT, evitando-se a inscrição desse consórcio no CADIN e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo celebrado, alegando ainda atraso da Ré Furnas no cumprimento de suas obrigações. O valor apresentado no relatório se refere ao valor de provisão e não da causa. O risco possível foi classificado tendo em vista que o objeto do pedido necessita ainda de instrução probatória, sendo certo que após essa fase o risco de desembolso será novamente avaliado (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (ii) Baixa de do processo nº 0026627-17.2007.4.01.3400, da esfera cível, por parte da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, no valor de R\$ 207.109, decorrente de processo que só visa anular a resolução normativa n.º 257/2007 de revisão tarifária periódica, prevista no contrato de concessão n.º 62/2001 - Aneel, e resolução homologatória n.º 486/2007 – Aneel. Não existe risco de desembolso, pois já foi praticada a revisão tarifária, deixando Furnas de receber o valor a maior que entende correto (R\$ 207.109 em 31/12/2014);
- (iii) Baixa de do processo nº 0107912-08.2006.8.09.0103, da esfera ambiental, por parte do Município de Minacu-GO, no valor de R\$ 15.000, em decorrência de desistência do autor do processo (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (iv) Atualização do processo nº 0027531-15.2007.8.19.0001, da esfera cível, por parte da Inepar S.A Indústria e Construções, referente de dano material, cuja variação foi de R\$ 94.137, passando para o valor de R\$ 138.105 (R\$ 43.968 em 31/12/2014);

- (v) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - Aneel - Desconstituição de Ato Administrativo, no valor de R\$ 60.561 (R\$ 59.569 em 2014). Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto de Infração nº 027/2010-SFE/Aneel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo Nº 48500.006877/2009-46.
- (vi) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; e outros - Integral Engenharia Ltda., no valor de R\$ 42.422 (R\$ 98.606 em 2014).
- (vii) Processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224, esfera fundiário, Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda, no valor de R\$ 105.838 (R\$ 13.122 em 2014), desapropriação indireta - o valor corresponde a indenização fixada em sentença.
- (viii) Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, esfera cível, Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, no valor de R\$ 259.111 (R\$ 126.560 em 2014), anulação / nulidade de ato administrativo - aneel -sentença reformada pelo trf 1.
- (ix) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400, esfera cível, Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, no valor de R\$ 103.000 (R\$ 112.270 em 2014), desconstituir o ato da aneel que obriga furnas a assinar o cust com a epe cuiaba - o valor provisionado refere-se ao valor que furnas deixou de recolher de encargos por ter decisão liminar favorável a suspender a assinatura do cust - o risco é possível tendo em vista que em 1ª instância a ação foi julgada improcedente, mas furnas obteve decisão liminar perante a turma que irá julgar a apelação para suspender a assinatura do contrato até o julgamento final da demanda.

### 26.2.3 Processos tributários

Os processos tributários foram impactados, basicamente, pela sua atualização monetária. Os itens abaixo se referem a processos antigos, atualizados até 31 de dezembro de 2015:

- (i) Adição do processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101, da esfera tributária, no valor de R\$ 651.430, decorrente de Execução Fiscal proposta pela União Federal para exigir o crédito tributário decorrente do processo administrativo nº 16682.720331/2012-10, que exige de Furnas diferenças apuradas de IRPJ e CSLL em razão de ter efetuado compensações sem uso de PER/DCOMP, (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (ii) Atualização do processo nº 16682.720.517/2011-98, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente do procedimento de fiscalização para apurar a correta apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, no valor de R\$ 1.229.555 (R\$ 1.070.522 em 31/12/2014);
- (x) Atualização do processo nº 16682.720.516/2011-43, da esfera tributária, por parte Receita Federal, decorrente autuação fiscal para cobrar valores em decorrência dos seguintes pontos: COFINS não incluso na base de cálculo do referido tributo, valor da RGR e PIS/PASEP, no valor de R\$ 1.160.978 (R\$ 1.010.814 em 31/12/2014);

- (xi) Atualização de valor do processo nº 16682.720.878/2013-04, da esfera tributária, por parte Receita Federal, decorrente de contribuições para o PIS/PASEP e COFINS no período de outubro de 2010 a março de 2012, cuja variação foi de R\$ 109.845, passando para o valor de R\$ 744.430 (R\$ 634.585 em 31/12/2014);
- (xii) Processo nº 16682.722946/2015-23, da esfera tributária, no valor de R\$ 558.631, por parte da Receita Federal do Brasil, cobrança de irpj e csll + multa e juros em razão de: furnas registrou, equivocadamente, em 2009, como prejuízo fiscal uma despesa tida em 2000 em razão de contrato de assunção de dívida com a fundação real grandeza, de modo a reduzir, de forma indevida, o lucro real e a base de cálculo da csll em 2009, 2010 e 2011 e, conseqüentemente, o imposto pago; furnas teria excluído, indevidamente, da base do irpj multa cobrada em razão da falta de recolhimento das estimativas mensais de irpj e csll em razão das compensações feitas e que foram desconsideradas pelo fiscal e da csll valores a título de "reversão dos saldos das provisões não dedutíveis" e "outras exclusões", os valores referentes aos pagamentos realizados a título de juros sobre reconhecimento de dívida entre furnas e a real grandeza. 3) furnas teria procedido à compensação de créditos na apuração das bases de cálculo do irpj e da csll sem utilizar o per/dcomp, de modo que o fiscal considerou como não existentes tais compensações, cobrando, além do montante que se deixou de recolher, a multa isolada pelo não recolhimento das estimativas mensais (R\$ 0 em 31/12/2014).
- (xiii) Processo nº 16682.721.073/2014-51, da esfera tributária, no valor de R\$ 245.543, por parte da Receita Federal do Brasil, cobrança de multa isolada relativa à csll em razão da compensação efetuada por furnas sem utilizar o per/dcomp -auto de infração - cobrança de csll, juros de mora e multa proporcional em razão da glosa efetuada pelo fiscal em razão da utilização de créditos por furnas do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2007 - cobrança de multa isolada relativa ao irpj em razão das compensações efetuadas por furnas sem a utilização da per/dcomp -cobrança de irpj, juros de mora e multa proporcional em razão da glosa efetuada pelo fiscal dos valores utilizados como créditos por furnas em decorrência de prejuízo fiscal apurado no exercício de 2007 (R\$ 0 em 31/12/2014).
- (xiv) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de Pasep/Cofins e os declarados por meio de DCTF. Valor: R\$ 107.303 (R\$ 182.114 em 2014).

### 26.3 Processo remoto de indenização fundiária

Trata-se do processo nº 03354-76.2011.8.09.0113, de ação indenizatória movida contra Furnas, Semesa S.A., e Grupo VBC – VBC Energia S.A em 07.01.2011, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia, na qual se busca: (i) indenização decorrente da desapropriação em função da implantação do empreendimento UHE Serra da Mesa; (ii) indenização em razão dos prejuízos financeiros após o investimento realizado na implantação de uma serralheria, montada para utilizar a madeira que seria retirada do imóvel desapropriado; e (iii) indenização por dano moral em razão dos itens (i) e (ii) acima, reputando-os como grave e de maior potencial ofensivo.



Em dezembro de 1987, os autores foram desapropriados, em parte de uma propriedade, e Furnas, além de pagar o preço pelas terras e pelas plantações, por mera liberalidade, permitiu que os proprietários retirassem a madeira existente na área inundável, no prazo de até um ano antes do enchimento do reservatório, previsto para 1991.

Os autores argumentam que realizaram alto investimento na estruturação de uma serralheria, com porte para corte e industrialização da madeira. No entendimento de Furnas, a serralheria foi instalada em área desapropriada e o evento está prescrito, uma vez que já haviam se passado mais de 20 anos de sua ocorrência (data da celebração da escritura de desapropriação: 28.12.1987 – prescrição: 28.12.2007 - data do ajuizamento: 07.01.2011). Destaca-se, ainda, que os documentos indicados na petição inicial não refletem os efetivamente juntados.

O valor atualizado, conforme pedido dos autores da ação é de R\$ 926.258, considerada por Furnas como de prognóstico remoto, por entender que há ilegitimidade passiva, prescrição e ausência de direito dos autores e, no tocante ao mérito, rebate por negativa geral.

Atualmente o processo encontra-se em 1ª instância, tendo sido realizada audiência de instrução e julgamento no dia 21.09.2015, na qual foi requerida perícia pela CPFL.

Levando-se em conta o pedido feito pela CPFL (corrê na ação) para realização de perícia, encontra-se no aguardo da apresentação de honorários periciais e posterior depósito pela CPFL.

A avaliação dos assessores jurídicos é de perda remota, por isso nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias.

#### **26.4 Atualização dos créditos trabalhistas**

No dia 04/08/2015, o Tribunal Superior do Trabalho - TST decidiu que créditos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ao invés da Taxa Referencial (TR), porém o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a aplicação desse novo índice.

Não se vislumbra, no presente, um risco real de aplicação do IPCA-E para correção dos créditos trabalhistas, não existindo até o momento nenhuma ação de execução envolvendo tal matéria. No que concerne ao impacto financeiro, seus efeitos ainda estão em fase de mensuração pela Empresa.

#### **NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 43.649 (31.12.2014 – R\$ 38.530).

A origem do AFAC incorporado ao capital de Furnas, no montante de R\$ 500.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013, refere-se a aportes efetuados pela Eletrobrás nos valores de:

a) R\$ 300.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antônio aporte de R\$ 204.000;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) R\$ 200.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antônio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

O prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização é superior a 1 (um) ano e está sendo atualizado pela Selic.

#### **NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO**

Descrição	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Contrato nº 004/2004 - UHE Marimbondo	79.924	25.989	79.924
Contrato nº 004/2004 - UHE Furnas	-	168.701	-
Contrato nº 004/2004 - UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito)	52.409	34.538	52.409
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	83.787	132.219	83.787
Contrato nº 062/2001 - Transmissão	729.478	608.488	729.478
SPE's Controladas	-	-	57.300
<b>Total</b>	<b>945.598</b>	<b>969.935</b>	<b>1.002.898</b>
<b>Não circulante</b>	<b>945.598</b>	<b>969.935</b>	<b>1.002.898</b>

A Administração da Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 17.3.

Com a renovação do Contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual. As usinas integrantes no Contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB - Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contratos de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 17.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constituiu a provisão para UHE Marimbondo e UHE LCB - Estreito do Contrato nº 004/2004 e para o Contrato nº 062/2001 - Transmissão. Além disso, reverteu a provisão para UHE Furnas (total) e UHE Funil (parcial), ambas do Contrato nº 004/2004.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 28.1 Movimentação da provisão

Descritivo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	969.935	969.935
Movimento em 2015	(24.337)	32.963
(+) Constituição de provisão (UHEs: Marimbondo, LCB - Estreito e CT nº 062/2001 – transmissão).	192.796	192.796
(-) Reversão de provisão (UHE's Furnas e Funil) <sup>(a)</sup>	(217.133)	(217.133)
(+) Constituição de provisão SPE's Controladas <sup>(b)</sup>	-	57.300
Saldo em 31 de dezembro de 2015	945.598	1.002.898

- (a) Esta reversão na provisão para perdas por contrato oneroso é devido a dois motivos: (i) ao aumento de RAP, em função da atualização para o ciclo de 2015-2016, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.918, de 23 de junho de 2015 (houve um aumento de 17,59% em relação ao ciclo 2014-2015), e (ii) à redução de custos na rubrica de Serviços a qual será impactada pela saída de funcionários contratados que ocorrerá até 2018.
- (b) Valor referente a Provisão de Contrato Oneroso conforme teste de Impairment, realizado no Complexo Fortim, que apurou o resultado negativo de 57.300 mil.

## NOTA 29 – OUTROS VALORES A PAGAR

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Adiantamentos - diversos	632	570	632
Cauções em garantia	364	367	364
Credores diversos	21.179	8.029	21.574
Ressarcimento – CCEAR (1)	3.059	6.282	3.059
Concessionárias e Permissionárias	3.320	4.634	3.320
Contribuições FRG	20.921	12.614	20.921
Indenização - Port Min 580/12 – Devolução (Nota 12)	256.143	-	256.143
<b>Total Circulante</b>	<b>305.618</b>	<b>32.496</b>	<b>306.013</b>
Provisões para passivo a descoberto SPEs (2)	75.657	-	-
FGTS conta empresa	1	1	1
<b>Total Não Circulante</b>	<b>75.658</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

(1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

(2) Vide nota 16.2.3 – Investimentos. Furnas consolidou em Dez/15 as SPEs Transenergia Goiás e Energia dos Ventos 05 a 09.

## NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 10.216.094 (31.12.2014 - R\$ 10.373.564), está assim composto:

### 30.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (31.12.2014 – R\$ 6.531.154), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2015 e 31.12.2014			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
<b>Total</b>	<b>52.739.026</b>	<b>14.864.685</b>	<b>67.603.711</b>	<b>100,00%</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30.2 Reservas de Capital

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.647.748	1.718.035
<b>Total</b>	<b>5.053.045</b>	<b>5.123.332</b>

### 30.3 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
ORA	(1.368.105)	(1.280.922)
<b>Total</b>	<b>(1.368.105)</b>	<b>(1.280.922)</b>

### NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Receita Operacional</b>			
<b>Geração</b>			
Fornecimento de energia elétrica	15.445	14.896	15.445
Suprimento de energia elétrica	4.048.430	3.705.696	4.048.430
Energia de curto prazo	507.223	856.977	507.223
Operação e Manutenção de usinas	667.939	560.947	667.939
Construção de usinas	41.804	90.602	41.804
<b>Subtotal</b>	<b>5.280.841</b>	<b>5.229.118</b>	<b>5.280.841</b>
<b>Transmissão</b>			
Operação e Manutenção de linhas de transmissão	1.068.150	856.738	1.068.150
Construção de linhas de transmissão	586.138	578.909	633.203
Remuneração financeira – retorno de investimento	215.262	212.283	215.640
<b>Subtotal</b>	<b>1.869.550</b>	<b>1.647.930</b>	<b>1.917.193</b>
<b>Outras receitas</b>	<b>40.659</b>	<b>47.263</b>	<b>40.659</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7.191.050</b>	<b>6.924.311</b>	<b>7.238.693</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>			
Impostos e contribuições sobre a receita			
Pis/Pasep	(105.441)	(92.272)	(105.733)
Cofins	(487.900)	(425.076)	(489.247)
ISS	(1.484)	(1.852)	(1.484)
<b>Subtotal</b>	<b>(594.825)</b>	<b>(519.200)</b>	<b>(596.484)</b>
<b>Encargos Setoriais</b>			
Quota para a reserva global de reversão (RGR)	(135.524)	(134.890)	(135.524)
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	(15.695)	(11.857)	(15.695)
Proinfa	(20.607)	(21.126)	(20.607)
Pesquisa e desenvolvimento	(56.184)	(55.223)	(56.184)
<b>Subtotal</b>	<b>(228.010)</b>	<b>(223.096)</b>	<b>(228.010)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(822.835)</b>	<b>(742.296)</b>	<b>(824.474)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.368.215</b>	<b>6.182.015</b>	<b>6.414.219</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

## NOTA 32 – CUSTO OPERACIONAL

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(457.343)	(1.519.260)	(457.343)
Encargos de uso da rede elétrica	(468.948)	(423.634)	(468.948)
Total do custo com energia elétrica	(926.291)	(1.942.894)	(926.291)
Custo de operação			
Pessoal	(1.148.167)	(1.097.419)	(1.149.014)
Material	(38.529)	(32.035)	(38.529)
Serviços de terceiros	(837.496)	(727.175)	(840.421)
Depreciação e amortização	(244.517)	(222.476)	(244.517)
Utilização de recursos hídricos	(105.816)	(133.542)	(105.816)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(520.272)	(492.643)	(520.272)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(16.326)	(15.063)	(16.326)
Impostos e taxas	(8.093)	(9.252)	(8.105)
Total do custo de operação	(2.919.216)	(2.729.805)	(2.923.000)
Custo de construção			
Custo de construção - geração	(41.804)	(90.602)	(41.804)
Custo de construção - transmissão	(586.138)	(578.910)	(633.203)
Total do custo de construção	(627.942)	(669.512)	(675.007)
<b>TOTAL DO CUSTO OPERACIONAL</b>	<b>(4.473.449)</b>	<b>(5.342.211)</b>	<b>(4.624.298)</b>

### 32.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descritivo	Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos iniciais/bilaterais	3.535.640	(457.343)	3.332.295	(1.519.260)
<b>Total</b>	<b>3.535.640</b>	<b>(457.343)</b>	<b>3.332.295</b>	<b>(1.519.260)</b>

Descritivo	Consolidado	
	31.12.2015	
	MWh (*)	R\$
Contratos iniciais/bilaterais	3.535.640	(457.343)
<b>Total</b>	<b>3.535.640</b>	<b>(457.343)</b>

(\*) Informação não auditada pelo auditor independente

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de energia comprada por Furnas para revenda, no valor de R\$ 457.343 (31.12.2014 – R\$ 1.519.260), diminuiu, basicamente, devido a adesão da Companhia à repactuação do risco hidrológico de geração de energia. Vide nota explicativa 9 – Créditos CCEE Repactuação GSF

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32.2 Principais Custos e Despesas Operacionais (inclui Treinamento e Benefícios Diversos)

Em 31 de dezembro de 2015, as despesas operacionais totalizavam R\$ 5.139.312 (R\$ 5.013.852 em 31 de dezembro de 2014). Neste montante, estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dos quais listamos os principais:

- Despesas com Pessoal - R\$ 1.148.592 (R\$ 1.097.419 em 31 de dezembro de 2014);
- Despesas com Serviços de Terceiros - R\$ 837.496 (R\$ 727.175 em 31 de dezembro de 2014);
- Outras Despesas - R\$ 170.492 mil (R\$ 160.187 mil em 31 de dezembro de 2014).

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015 (*)	31.12.2014 (*)	31.12.2015 (*)
Remuneração	662.108	625.233	662.578
Encargos sociais	256.907	243.615	256.971
Auxílio alimentação	64.461	58.801	64.595
Convênio assistencial e outros benefícios	64.124	48.736	64.124
Previdência privada	38.551	33.633	38.551
Saúde	139.193	133.167	139.334
Segurança e saúde no trabalho	12.385	9.968	12.392
Educação	4.698	3.945	4.698
Cultura	2.201	1.745	2.201
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.148	20.663	23.148
Creches ou auxílio creche	13.337	12.817	13.337
Provisão gratificação	67.242	72.372	67.270
Indenizações trabalhistas (constitucional)	157.605	166.706	157.605
(-) consumo de atividades	(36.996)	(49.305)	(36.996)
Demais despesas	689.616	569.189	689.619
<b>Total</b>	<b>2.156.680</b>	<b>1.951.285</b>	<b>2.167.427</b>

(\*) Informação não auditada pelo auditor independente

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 33 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
(Provisão) / Reversão – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq)	(425)	11.848	(425)
Reversão de provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	(225.084)	46.018	(225.813)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(158.184)	(65.516)	(158.184)
(Provisão) / Reversão para baixa com ativo financeiro	-	496.195	-
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	(9.304)	(23.499)	(9.304)
(Provisão) / Reversão de redução ao valor recuperável de ativo ( <i>impairment</i> ) <sup>(1)</sup>	54.334	47.225	27.886
(Provisão) / Reversão de redução ao valor de investimento ( <i>impairment</i> ) <sup>(2)</sup>	(260.297)	-	(260.297)
Doações e contribuições não vinculadas	(28.484)	(28.209)	(28.484)
Arrendamento e Aluguéis	(65.683)	(62.293)	(65.683)
Seguros	(17.277)	(14.638)	(17.277)
Demais receitas / (despesas)	(30.278)	8.662	(30.714)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(16.527)	(17.727)	(16.527)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(8.327)	(8.553)	(8.327)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(8.907)	(8.237)	(8.907)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(15.942)	(15.466)	(15.942)
Diferencial Alíquotas ICMS	(1.776)	(2.587)	(1.776)
Indenizações, perdas e danos	(743)	(1.404)	(743)
Gastos Ambientais	(125)	(197)	(125)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(4.040)	(4.242)	(4.040)
Ganhos (perdas) atuariais	103.512	116.395	103.512
Reversão Contrato Oneroso <sup>(3)</sup>	24.337	31.283	(32.963)
<b>Total</b>	<b>(669.219)</b>	<b>505.058</b>	<b>(754.133)</b>

(1) Vide notas 17.3 e 18

(2) Vide nota 16.2

(3) Vide nota 28

#### 33.1 – Reversão para baixa com ativo financeiro

Em 16 de dezembro de 2014, a Aneel, por meio das REN 642/14 e REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Com base neste fato novo, revertemos as provisões para baixa de ativo financeiro, constituídas nos anos de 2013 e 2014 para os investimentos realizados em modernizações de usinas e aqueles relacionados a reforços e melhorias de ativos do contrato de transmissão nº 062/2001. O montante de R\$ 496.195 refere-se à reversão da provisão constituída em 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33.2 – Impairment e Contrato Oneroso

Furnas consolidou em 31.12.2015 as SPEs Transenergia Goiás, participação de 98,35% e Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. cuja participação é de 99,99%. Segue abaixo a composição dos saldos conforme saldos acima destacado:

Descritivo	Reversão (Provisão) Impairment		Reversão (Provisão) Contrato Oneroso	
	2015	2014	2015	2014
Furnas	54.334	47.225	24.337	31.283
Energia dos Ventos V S.A.	(4.768)	-	(9.550)	-
Energia dos Ventos VI S.A.	(5.900)	-	(14.325)	-
Energia dos Ventos VII S.A.	(6.874)	-	(14.325)	-
Energia dos Ventos VII S.A.	(4.518)	-	(8.595)	-
Energia dos Ventos IX S.A.	(4.388)	-	(10.505)	-
<b>Total</b>	<b>27.886</b>	<b>47.225</b>	<b>(32.963)</b>	<b>31.283</b>

### NOTA 34 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Receita Financeira</b>			
Renda de aplicações financeiras	140.212	76.195	141.269
Juros s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos	59.954	58.821	59.954
VM s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos	71.431	22.480	71.431
VM e acréscimo moratório sobre energia vendida	22.926	31.563	22.926
Outras variações ativas	(60.415)	296.178	(60.415)
Outras receitas financeiras	129.507	95.522	129.508
<b>Subtotal</b>	<b>363.615</b>	<b>580.759</b>	<b>364.673</b>
<b>Despesa Financeira</b>			
Encargos de empréstimos e financiamentos	(901.900)	(708.911)	(901.900)
Encargos de dívidas - FRG	(17.175)	(19.129)	(17.175)
Encargos financeiros sobre parcelamento especial (Paes)	(66.347)	(91.238)	(66.347)
Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos	(521.850)	(159.017)	(521.850)
Outras variações passivas	(63.830)	(2.279)	(63.830)
Outras despesas financeiras	(95.034)	(58.180)	(95.407)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.666.136)</b>	<b>(1.038.754)</b>	<b>(1.666.509)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.302.521)</b>	<b>(457.995)</b>	<b>(1.301.836)</b>

### 34.1 Encargos de empréstimos e financiamentos

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Encargos de dívida	(901.900)	(744.578)	(901.900)
Encargos de dívida transferidos para ativo imobilizado	-	35.667	-
<b>Total</b>	<b>(901.900)</b>	<b>(708.911)</b>	<b>(901.900)</b>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34.2 Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Variação monetária e cambial passiva sobre empréstimo longo prazo	(521.850)	(209.554)	(521.850)
Variação monetária e cambial passiva transferida para ativo imobilizado	-	50.537	-
<b>Total</b>	<b>(521.850)</b>	<b>(159.017)</b>	<b>(521.850)</b>

### NOTA 35 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descritivo	Controladora				Consolidado	
	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ	CSLL
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	238.417	238.417	(244)	(244)	239.639	239.639
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(59.604)	(21.458)	61	22	(59.910)	(21.568)
Efeitos das adições e exclusões:						
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	-	-	160.538	57.793	-	-
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	(10.231)	(3.683)	-	-	(10.231)	(3.683)
Ajustes 1ª adoção da Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(14.831)	(5.339)	-	-	(14.831)	(5.339)
Provisões operacionais	(144.055)	(51.860)	(19.173)	(6.902)	(144.055)	(51.860)
Equivalência patrimonial	78.848	28.385	221.778	79.840	78.848	28.385
Outros						
Demais adições/exclusões	6.640	2.383	(67.787)	(24.978)	6.640	2.383
Constituição/Reversão de créditos tributários	(142.021)	(51.127)	(450.483)	(162.622)	(142.021)	(51.127)
Ganho Contrato Oneroso	19.668	7.080	(7.821)	(2.815)	19.668	7.080
Ajuste Societário	-	-	(160.538)	(57.793)	-	-
Compensação de Prejuízos Fiscais	37.077	13.348	27.248	9.809	37.077	13.348
Incentivos Fiscais	2.076	-	(1.589)	-	2.076	-
<b>Total</b>	<b>(226.433)</b>	<b>(82.271)</b>	<b>(297.766)</b>	<b>(107.644)</b>	<b>(226.739)</b>	<b>(82.381)</b>
Corrente	(84.412)	(31.144)	-	-	(84.652)	(31.240)
Diferido	(142.021)	(51.127)	(297.766)	(107.644)	(142.582)	(51.515)
<b>Total</b>	<b>(226.433)</b>	<b>(82.271)</b>	<b>(297.766)</b>	<b>(107.644)</b>	<b>(227.234)</b>	<b>(82.755)</b>
<b>Total</b>	<b>(308.704)</b>		<b>(405.410)</b>		<b>(309.989)</b>	

**35.1 Medida Provisória nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973/2014**

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, decorrente da conversão da Medida Provisória (MP) nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013, dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e outras considerações, impôs:

(i) alterações ao Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ), bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS);

(ii) que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;

(iii) a exclusão de tratamento específico à tributação de lucros ou dividendos, para o período compreendido entre 01.01.2008 a 31.12.2013;

(iv) alteração do conceito de receita bruta para fins de incidência tributária sobre as espécies afetas, acima, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS;

(v) a inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e,

(vi) a inclusão de considerações sobre os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, bem como sobre o ajuste a valor presente, teste de recuperabilidade, despesas pré-operacionais e/ou pré-industriais, debêntures, ágio; e,

(vii) a determinação da evidenciação contábil, por meio de subcontas, para permanência da neutralidade fiscal e tributária, quanto aos efeitos advindos da Lei nº 11.638/2007.

Considerando que as disposições expressas na Lei nº 12.973/2014 em aspecto fiscal e tributário vigoram a partir de 1º de janeiro 2015, que possibilitam a adoção antecipada à nova forma para este exercício de 2014, conforme indica seu Art. 75, a Administração da Empresa, firmando-se pelo exame, análise e discussão sobre os impactos que culminariam em alteração da atual condição fiscal-tributária e financeira desta, consubstancial e aderente a holding Eletrobrás, concluiu por declinar da antecipação tributária à luz da insegurança jurídico-tributária instalada, primordialmente pela ausência de regulamentação às apurações tributárias incorridas, da alteração do conceito de receita bruta que direta e/ou indiretamente ampliaria a base de cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro e faturamento, dentre outras constatações.

**NOTA 36 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2015, foram de R\$ 49.467,51 e R\$ 1.756,97, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2015, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 44.102,36.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos composto por Furnas e as SPes consolidadas, Transenergia Goiás e Energias dos Ventos de 05 a 09.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Honorários de Diretoria e Conselheiros	3.606	3.956	3.696
Encargos sociais	913	852	913
Benefícios + contribuições sociais diversas	152	131	158
<b>Total</b>	<b>4.671</b>	<b>4.939</b>	<b>4.767</b>

### NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

#### 37.1 Empresas do grupo

Empresas	Clientes	Clientes Parcelamentos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Contas a pagar
Eletroacre	3.474	-	-	-	-	-	-	-
Eletrobras	-	-	(5.272)	(b) (4.000.021)	1.552	-	-	-
Cgtee	379	-	-	-	-	-	-	-
Chesf	4.637	-	(3.525)	-	30.129	(d) (30.096)	(g) 1.242	-
Eletrosul	114	-	(2.681)	-	175	-	-	-
Eletronorte	3.856	-	(3.521)	-	179	-	-	-
Ceron	558	-	-	-	-	-	-	-
Ceal	13.156	-	-	-	-	-	-	(2)
Cepisa	12.169	-	-	-	-	-	-	(908)
Eletronuclear	(c) 1.977	-	(394)	-	(c) 180.657	-	-	(158)
Eletropar	-	-	-	-	21.197	(e) (15.740)	-	-
Amazonas	328	-	-	-	-	-	-	-
Celg-D	19.516	(a) 279.117	(11)	-	-	(f) (279.117)	-	-
<b>TOTAL 31.12.2015</b>	<b>60.164</b>	<b>279.117</b>	<b>(15.404)</b>	<b>(4.000.021)</b>	<b>233.889</b>	<b>(324.953)</b>	<b>1.242</b>	<b>(1.068)</b>
<b>TOTAL 31.12.2014</b>	<b>88.397</b>	<b>248.087</b>	<b>(9.711)</b>	<b>(3.956.659)</b>	<b>208.130</b>	<b>(293.923)</b>	<b>1.422</b>	<b>(1.635)</b>

(a) R\$ 279.117 (circulante), nota 8.2

(b) (R\$ 4.000.021) = (R\$ 3.840.952) (MN) + (R\$ 159.069) (ME), nota 20.1

(c) R\$ 1.977 (Cliente) + R\$ 180.657 (Contas a Receber) = R\$ 182.634, nota 15.1.1

(d) Nota 15.1.4 / (e) Nota 15.1.3 / (f) (R\$ 279.117), nota 8

(g) Trata-se de investimento ao custo de aquisição

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Eletroacre	20.845	-	35	-	61	-	-
Eletrobras	-	-	-	-	-	(697.727)	3.016
Cgtes	-	-	2.947	-	-	-	-
Chesf	-	(30.020)	53.185	-	-	-	116
Eletrosul	-	(31.902)	946	-	-	-	85
Eletronorte	-	(30.651)	42.435	-	-	-	124
Ceron	2.585	-	3.577	-	-	-	(134)
Ceal	78.091	-	2.154	-	476	(359)	(17)
Cepisa	70.942	-	2.606	-	352	-	(76)
Eletronuclear	-	-	7.631	13	26.578	-	(837)
Amazonas	-	-	3.571	-	-	-	(359)
Celg-D	175.888	-	31.579	-	31.737	(1)	(31.535)
<b>TOTAL 31.12.2015</b>	<b>348.351</b>	<b>(92.573)</b>	<b>150.666</b>	<b>13</b>	<b>59.204</b>	<b>(698.687)</b>	<b>(29.617)</b>
<b>TOTAL 31.12.2014</b>	<b>392.241</b>	<b>(84.034)</b>	<b>147.141</b>	<b>191</b>	<b>39.146</b>	<b>(428.430)</b>	<b>(32.852)</b>

Em atendimento à Resolução Anel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 37.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
<b>Empresas de Geração</b>							
Enerpeixe	13	269	-	34.686	-	-	-
Baguari	-	22	-	2.462	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	-	-	-	-
Serra Facão Energia	-	-	-	9.154	-	-	-
Chapecoense	740	-	-	22.288	-	-	-
Foz do Chapecó	-	434	-	-	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antonio Energia	130.253	9.501	-	-	-	-	-
Brasventos Eolo	-	73	-	-	-	-	-
Brasventos Miassaba	-	86	-	-	-	-	-
Rei dos Ventos 3	-	75	-	-	-	-	-
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	1.954	-	-	-	-	(2.218)
Energia dos Ventos V	-	-	(12.779)	-	-	-	-
Energia dos Ventos VI	-	-	(18.526)	-	-	-	-
Energia dos Ventos VII	-	-	(19.003)	-	-	-	-
Energia dos Ventos VIII	-	-	(11.850)	-	-	-	-
Energia dos Ventos IX	-	-	(13.499)	-	-	-	-
Central Eólica Famosa I	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Pau Brasil	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica São Paulo	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Rosada	-	-	-	-	-	-	-
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/A	-	-	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	352	-	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Miguel S.A.	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal de Geração</b>	<b>131.006</b>	<b>12.766</b>	<b>(75.657)</b>	<b>68.590</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.218)</b>
<b>Empresas de Transmissão</b>							
Transleste	-	-	-	-	(164)	-	-
Transudeste	13	14	-	1.033	(102)	-	-
Transirapé	-	-	-	678	(90)	-	-
Centroeste	56	7	-	59	(54)	-	-
Transenergia Renovável	-	-	-	13.979	(57)	-	-
IE Madeira	-	-	-	14.014	(1.679)	-	(526)
Transenergia São Paulo	83	18	-	4.275	(13)	-	-
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	-
MGE Transmissão	148	15	-	11.447	(119)	-	-
Goiás Transmissão	229	-	-	23.857	(204)	-	-
Caldas Novas Transmissão	59	14	-	452	(3)	-	-
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	70	-	-	-	-	-	-
Luziânia-Niquelândia Transmissora	-	6	-	-	(16)	-	-
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	10	210	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra	2	-	-	-	-	-	-
Lago Azul Transmissora	-	396	-	-	-	-	-
Belo Monte Transmissora	-	-	-	-	-	-	-
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal de Transmissão</b>	<b>681</b>	<b>680</b>	<b>-</b>	<b>69.794</b>	<b>(2.601)</b>	<b>-</b>	<b>(526)</b>
<b>TOTAL SPE</b>	<b>131.687</b>	<b>13.446</b>	<b>(75.657)</b>	<b>138.384</b>	<b>(2.601)</b>	<b>-</b>	<b>(2.744)</b>
FRG	911	-	-	-	(1.192)	(6.265)	(195.556)
<b>TOTAL 31.12.2015</b>	<b>132.598</b>	<b>13.446</b>	<b>(75.657)</b>	<b>138.384</b>	<b>(3.693)</b>	<b>(6.265)</b>	<b>(198.300)</b>
<b>TOTAL 31.12.2014</b>	<b>5.820</b>	<b>5.432</b>	<b>-</b>	<b>113.186</b>	<b>(3.570)</b>	<b>(5.466)</b>	<b>(404.389)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
<b>Empresas de Geração</b>								
Enerpeixe	-	-	-	2.287	13	-	-	-
Baguari	-	-	-	193	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-
Serra Facão Energia	-	-	-	-	154	-	-	-
Chapecoense	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Chapecó	-	-	-	4.672	134	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-	(97.010)
Santo Antonio Energia	-	64.924	-	43.352	3.005	-	-	-
Inambari	-	-	-	-	-	-	-	30
Brasventos Eolo	-	-	-	605	-	-	-	-
Brasventos Missaba	-	-	-	709	-	-	-	-
Rei dos Ventos 3	-	-	-	622	-	-	-	-
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	(115.412)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(18.614)	-	-	9.926	3.253	-	-	-
Energia dos Ventos I	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos V	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VI	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VII	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VIII	-	-	-	-	-	-	-	101
Energia dos Ventos IX	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Famosa I	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Pau Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Rosada	-	-	-	-	-	-	-	-
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/A	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de Santa Marcela SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	-	-	3.739	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	167	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(47.905)
<b>Subtotal de Geração</b>	<b>(18.614)</b>	<b>64.924</b>	<b>-</b>	<b>66.105</b>	<b>6.726</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(260.206)</b>
<b>Empresas de Transmissão</b>								
Transleste	-	-	(1.515)	-	-	-	-	-
Transudeste	-	-	(947)	-	157	-	-	185
Transirapé	-	-	(739)	-	-	-	-	-
Centroeste	-	-	(645)	-	1.068	-	-	89
Transenergia Renovável	-	-	(706)	-	-	-	-	-
IE Madeira	-	-	(20.927)	-	602	-	-	495
Transenergia São Paulo	-	-	(297)	-	976	1	-	77
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-
MGE Transmissão	-	-	(1.389)	-	1.685	-	-	167
Goiás Transmissão	-	-	(2.327)	-	2.331	-	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	-	(37)	-	724	-	-	160
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	-	-	578	-	-	25
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	792	-	-	-
Luziânia-Niquelândia Transmissora	-	-	(105)	-	110	-	-	30
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	-	-	373	-	-	1.704
Mata de Santa Genebra	-	-	-	-	-	-	-	296
Lago Azul Transmissora	-	-	-	-	-	-	-	395
Belo Monte Transmissora	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>Subtotal de Transmissão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.634)</b>	<b>-</b>	<b>9.396</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>3.603</b>
<b>Total SPEs</b>	<b>(18.614)</b>	<b>64.924</b>	<b>(29.634)</b>	<b>66.105</b>	<b>16.122</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(256.603)</b>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
FRG	-	-	-	-	-	9	(17.216)	(88.155)
<b>TOTAL 31.12.2015</b>	<b>(18.614)</b>	<b>64.924</b>	<b>(29.634)</b>	<b>66.105</b>	<b>16.122</b>	<b>10</b>	<b>(17.216)</b>	<b>(344.758)</b>
<b>TOTAL 31.12.2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25.305)</b>	<b>49.858</b>	<b>21.704</b>	<b>1.145</b>	<b>(20.795)</b>	<b>143.329</b>

**NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO**

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

**38.1 Energia Elétrica**

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Aneel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 38.1.1 Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	LEE 2014 / 2019 6 anos	LEE 2015 / 2017	RAG
2017	Volume MWh (*)	790.560	2.032.320	3.074.760	4.651.560	3.083.520	20.445.840
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	99	293	222	41
	Total (R\$ Mil)	142.533	397.075	302.948	1.362.861	685.929	833.896
2018	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560	-	20.445.840
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	99	293	-	41
	Total (R\$ Mil)	142.533	397.075	302.948	1.362.861	-	833.896
2019	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	3.074.760	4.651.560	-	20.445.840
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	98	293	-	41
	Total (R\$ Mil)	142.533	397.075	302.948	1.362.861	-	833.896
2020	Volume MWh (*)	790.560	2.037.888	3.083.184	-	-	20.501.856
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	98	-	-	41
	Total (R\$ Mil)	142.923	398.163	302.948	-	-	836.180
2021	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	3.074.760	-	-	29.337.240
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	99	-	-	41
	Total (R\$ Mil)	142.533	397.075	302.948	-	-	1.196.537
2022	Volume MWh (*)	790.560	2.037.888	3.083.184	-	-	29.417.616
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	98	-	-	41
	Total (R\$ Mil)	142.923	398.163	302.948	-	-	1.199.815
Após 2022	Volume MWh (*)	12.614.400	32.517.120	9.224.280	-	-	565.613.280
	Preço MWh (R\$/MWh)	181	195	99	-	-	41
	Total (R\$ Mil)	2.280.523	6.353.195	908.844	-	-	23.068.874
Data do término do contrato		31/12/2039	31/12/2039	31/12/2026	31/12/2019	31/12/2017	31/12/2042
É parte relacionada? (Sim/Não)		não	não	não	não	não	não

(\*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 38.1.2 Compromissos – posições compradas

Gerador de Energia		Total compras
2017	Volume MWh (*)	3.336.565
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	165
	Total (R\$ Mil)	551.187
2018	Volume MWh (*)	3.336.565
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	163
	Total (R\$ Mil)	542.988
2019	Volume MWh (*)	3.336.565
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	166
	Total (R\$ Mil)	552.359
2020	Volume MWh (*)	3.345.623
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	163
	Total (R\$ Mil)	544.462
2021	Volume MWh (*)	3.336.565
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	162
	Total (R\$ Mil)	541.816
2022	Volume MWh (*)	3.345.623
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	160
	Total (R\$ Mil)	535.456
Após 2022	Volume MWh (*)	16.933.717
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	153
	Total (R\$ Mil)	2.591.083
Data do término do contrato		Fev/36

(\*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

### 38.2 Compromissos Socioambientais

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

Descritivo	31.12.2015	31.12.2014
<b>A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa</b>		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	40.257	41.167
<b>Subtotal</b>	<b>40.257</b>	<b>41.167</b>
<b>B – Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	37.742	33.920
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	939	857
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	9.991	4.326
<b>Subtotal</b>	<b>48.672</b>	<b>39.103</b>
<b>C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)</b>	<b>88.929</b>	<b>80.270</b>

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais

(\*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

**38.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)**

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

**a) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - UHE Simplicio**

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplicio, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme está descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Contudo o Ministério Público ainda não deu como concluído o TAC, apenas aciona Furnas orientando para atividades de aperfeiçoamento. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

**b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto**

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijuco Preto III (Ação Civil Pública 1999.61.00.048465-6), em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais.

O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 a R\$ 100, dependendo do tempo de inadimplência.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

**b.1) Prazos**

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos".

Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento, o TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.2. Programa de Fauna – em até 365 dias – concluído;

- 1.3. Programa PRAD – em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;
- 1.4. Programa Campos Eletromagnéticos – em até 18 meses – concluído;
- 1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;
- 1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico – em até 360 dias – em andamento; e
- 1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LTs I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

**b.2) Condicionamentos**

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

**b.3) Penalidades**

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 a R\$ 100, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

**c) Desmobilização da mão-de-obra terceirizada**

No âmbito do Mandado de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal, a empresa firmou dois acordos com a Federação Nacional dos Urbanitários e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a substituição paulatina dos terceirizados até o final de 2018, respeitados direitos a eles assegurados na forma da lei e das recentes decisões dos Tribunais Superiores, com sua substituição por empregados concursados.

**37.2.2 Políticas Ambientais**

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade, no que diz respeito ao meio ambiente, são norteadas por duas políticas: Ambiental e de Gestão de Resíduos.

A política ambiental de Furnas foi revisada em 2015, em consonância com os princípios e diretrizes da política Ambiental do Sistema Eletrobras. Pelo mesmo motivo, optou-se por suprimir as políticas de Recursos Florestais, de Recursos Hídricos e de Educação Ambiental.

Também em 2015, foi aprovada a Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos, com foco na melhoria do desempenho ambiental da Empresa. A IN.005.2015 estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 38.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs serão como seguem:

SPEs/Ano	2017	2018	Total
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	23.500	13.900	37.400
Complexo Eólico Fortim	445.000	-	445.000
Complexo Eólico Baleia	174.554	-	174.554
Complexo Eólico Famosa III	154.420	-	154.420
Complexo Eólico Serra do Mel	62.408	-	62.408
Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia	37.766	-	37.766
Complexo Eólico Acaraú	50.966	-	50.966
Empresa de Energia São Manoel S.A.	14.000	45.000	59.000
<b>Total</b>	<b>962.614</b>	<b>58.900</b>	<b>1.021.514</b>

## NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 39.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Descritivo	Mensuração	Controladora		Consolidado
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Clientes (Nota 8)	Custo amortizado	1.246.699	1.305.228	1.246.699
Ativo financeiro – concessão de serviço público (Nota 10)	Custo amortizado	8.116.506	7.529.487	8.177.304
Empréstimos concedidos (Nota 15.3)	Custo amortizado	3.153	6.233	3.153
<b>Mantidos até o vencimento</b>				
Indenizações das concessões – Lei nº 12.783/2013 (Nota 14)	Custo amortizado	-	1.344.476	-
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	Valor justo	1.193.743	667.750	1.193.743
<b>Total Ativos financeiros</b>		<b>10.560.101</b>	<b>10.853.174</b>	<b>10.620.899</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	9.841.402	8.927.660	9.841.402
Fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	Custo amortizado	741.600	750.285	747.019
<b>Total Passivos financeiros</b>		<b>10.583.002</b>	<b>9.677.945</b>	<b>10.588.421</b>

## 39.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

### 39.2.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

#### 39.2.1.1 Operação Lava Jato

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para empresa(s) controlada(s) pelo Grupo Eletrobras e/ou para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras e/ou suas controladas detêm participação, foram abertas 3 (três) comissões de correição na Eletrobras, a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Considerando as limitações dos métodos de trabalho dessas Comissões, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o *Foreign Corruption Practice Act (FCPA)*, a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras solicitou ingresso na qualidade de assistente de acusação.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2016			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar (R\$/US\$)	118.564	503.895	4,25000	3,188	2,125	377.921	251.948
YEN (R\$/¥)	18.920	80.412	0,03542	0,027	0,018	60.309	40.206
<b>TOTAL</b>	<b>137.484</b>	<b>584.307</b>				<b>438.230</b>	<b>292.154</b>

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2016			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar (R\$/US\$)	118.564	503.895	4,25000	5,313	6,375	629.869	755.843
YEN (R\$/¥)	18.920	80.412	0,03542	0,044	0,053	100.515	120.618
<b>TOTAL</b>	<b>137.484</b>	<b>584.307</b>				<b>730.384</b>	<b>876.461</b>

### 39.5.3 – Passivo - Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	218.355	928.007	7,00%	5,25%	3,50%	919.981	917.341
IPCA	688.620	2.926.636	6,93%	5,20%	3,47%	2.880.019	2.833.412
Selic/CDI	999.812	4.249.203	15,25%	11,44%	7,63%	4.212.980	4.176.064
<b>TOTAL</b>	<b>1.906.787</b>	<b>8.103.846</b>				<b>8.012.980</b>	<b>7.926.817</b>

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2015			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	218.355	928.007	7,00%	8,75%	10,50%	940.040	952.023
IPCA	688.620	2.926.636	6,93%	8,66%	10,40%	2.973.249	3.019.856
Selic/CDI	999.812	4.249.203	15,25%	19,06%	22,88%	4.284.771	4.319.718
<b>TOTAL</b>	<b>1.906.787</b>	<b>8.103.846</b>				<b>8.198.060</b>	<b>8.291.597</b>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 39.5.4 Índices para análise de sensibilidade

		Data base 31.12.2015			
		Cenário Positivo		Cenário Negativo	
Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2016	-25%	-50%	+25%	+50%
Selic (a.a.)	15,25%	11,44%	7,63%	19,08%	22,88%
TJLP (a.a.)	7,00%	5,25%	3,50%	8,75%	10,50%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2016				
EURO - R\$/€	4,7807	3,5855	2,3903	5,9758	7,1710
YEN - R\$/¥	0,0354	0,0266	0,0177	0,0443	0,0531
Dólar - R\$/US\$	4,2500	3,1875	2,1250	5,3125	6,3750

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2016				
IPCA (a.a.)	6,93%	5,20%	3,47%	8,66%	10,40%
IGPM (a.a.)	6,58%	4,94%	3,29%	8,23%	9,87%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2016
Libor / R\$	0,85%

## NOTA 40 – GARANTIAS E COVENANTS

### 40.1 Garantias corporativas

EMPRESA	TIPO	DESCRIÇÃO
FURNAS	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por FURNAS preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas as negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, a <i>Holding</i> ELETROBRAS. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da ELETROBRAS e Garantia do Tesouro Nacional.
	Covenant	Alguns contratos preveem o LAJIDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de FURNAS, ora no da ELETROBRAS, quando esta se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito. (Nota 20.6)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 40.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com intervenção da Eletrobras.

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2016	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
							2016	2017	2018		
2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDEx Direto	SPE	39,0%	1.594.159	1.968.315	1.958.700	1.891.410	1.777.298	28.787	15/03/2034
2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDEx Repasse	SPE	39,0%	1.574.659	2.033.066	2.024.159	1.953.572	1.832.637	25.350	15/03/2034
2009	Santo Antônio Energia S.A	Banco da Amazônia - FNO	SPE	39,0%	196.334	247.102	234.471	224.304	213.273	-	15/12/2030
2013	Santo Antônio Energia S.A	2ª Emissão de Debêntures	SPE	39,0%	163.800	204.398	221.053	222.805	234.104	-	24/01/2023
2013	Santo Antônio Energia S.A	3ª Emissão de Debêntures	SPE	39,0%	273.000	318.042	340.410	361.132	379.451	-	01/03/2024
2010	Foz do Chapecó Energia S.A	BNDEx	SPE	40,0%	435.508	405.692	371.165	336.838	302.111	-	15/09/2027
2010	Foz do Chapecó Energia S.A	Repassadoras	SPE	40,0%	217.754	205.308	187.834	170.361	152.888	-	15/09/2027
2010	Foz do Chapecó Energia S.A	Sincrono	SPE	40,0%	4.009	3.083	2.821	2.558	2.296	-	15/09/2027
2011	LT Furnas Pimenta (Centroeste)	BNDEx	SPE	49,0%	13.827	10.924	9.670	8.298	6.866	-	15/04/2023
2009	Serra do Facão Energia S.A	BNDEx	SPE	49,47%	257.263	218.804	199.236	179.219	158.397	-	15/09/2027
2012	GoIás Transmissão	Brasil - FCO	SPE	49,0%	49.000	49.372	49.365	48.398	47.410	-	01/12/2031
2011	GoIás Transmissão	BNDEx	SPE	49,0%	64.435	58.977	54.114	49.264	44.414	-	15/01/2027
2014	* GoIás Transmissão	Banco do Brasil CP	SPE	49,0%	15.288	-	-	-	-	-	08/03/2015
2011	MGE Transmissão	BNDEx	SPE	49,0%	58.359	49.163	44.563	40.144	35.724	-	15/01/2027

Continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2015	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
							2016	2017	2018		
2014	Transenergia São Paulo S.A	BNDES - Ampliação	SPE	49,0%	9.212	8.641	7.848	7.283	6.619	-	15/12/2028
2011	UEE Rei dos Ventos 1	BNDES LP	SPE	24,5%	30.851	28.235	26.194	24.153	22.112	-	15/10/2029
2011	UEE Missaba 3	BNDES LP	SPE	24,5%	30.884	28.425	26.370	24.316	22.261	-	15/10/2029
2011	UEE Rei dos Ventos 3	BNDES LP	SPE	24,5%	32.533	29.757	27.606	25.454	23.303	-	15/10/2029
2012	Interligação Madeira S.A	Banco da Amazônia	SPE	24,5%	65.415	76.321	77.193	74.933	72.447	-	10/07/2032
2012	Interligação Madeira S.A	BNDES	SPE	24,5%	455.504	404.196	377.302	351.349	324.363	9.800	15/02/2030
2013	Interligação Madeira S.A	Título de Mercado Regulado pela CVM	SPE	24,5%	85.750	115.626	122.942	128.434	128.044	-	18/03/2025
2012	UHE Teles Pires	BNDES 12.2.0766.1	SPE	24,5%	296.940	339.515	330.809	318.120	305.002	616	15/02/2036
2012	UHE Teles Pires	BNDES/BB 21/007793-4	SPE	24,5%	294.000	338.346	329.593	316.908	303.784	616	15/02/2036
2012	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,72%	160.880	211.162	198.014	185.039	172.409	-	31/05/2032
2014	Belo Monte Transmissora de Energia S. A. (*)	Itau BBA	SPE	24,50%	49.735	57.237	-	-	-	-	26/06/2018
2014	Belo Monte Transmissora de Energia S. A. (*)	Santander	SPE	24,50%	49.000	55.674	-	-	-	-	26/06/2016
2014	Caldas Novas Transmissão S.A.	BNDES - PSI	SPE	49,80%	2.418	2.033	1.759	1.485	1.211	-	15/05/2023
2014	Caldas Novas Transmissão S.A.	BNDES - FINEM	SPE	49,80%	5.536	4.987	4.571	4.164	3.758	-	15/03/2028
2014	Maia de Santa Genebra Transmissão S.A. (*)	1ª Emissão de Debêntures Santander	SPE	49,80%	234.031	234.031	-	-	-	-	12/03/2016
2015	Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. (*)	Banco da China Brasil S.A.	SPE	49,00%	7.350	7.625	-	-	-	-	30/08/2016
-	São Manoel Energia S.A. (*)	BNDES 15.2.0202.1	SPE	33,33%	149.999	155.541	-	-	-	-	15/06/2016

(\*) Informação não auditada.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### NOTA 41 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Controladora			
	Vigência		R\$	
	Início	Término	Importância	Prêmio
<b>a) Garantias:</b>				
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	31/08/2013	31/12/2016	294	4
Garantia Judicial - 62ª Vara do Trabalho	02/07/2015	02/07/2016	1.632	4
25ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ	27/05/2014	12/02/2017	1.399	4
Vara Fazenda Comarca Gurupi/TO	10/12/2015	10/12/2016	1.390	5
1ª Vara Feitos trabalhistas comarca de BH	19/12/2014	19/12/2016	4.669	33
2ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia	30/03/2015	30/03/2016	2.589	9
7ª Vara Federal DF	15/12/2014	15/12/2019	971	17
34ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ	10/03/2015	10/03/2016	650	2
1ª Região tribunal Regional Federal	30/10/2014	30/10/2016	4.601	32
3ª Vara Federal tribunal Regional Federal 1ª Região	30/04/2015	30/04/2016	1.614	6
8ª Vara Federal da Seção Jud do DF	16/06/2015	16/06/2017	2.202	15
7ª Vara Federal do DF (processo 00493938320154013400)	-	-	-	3
Endosso 01 - R\$ 509.901,18	-	-	-	1
Endosso 02	11/09/2015	11/09/2017	511	-
13ª Vara Federal da Seção Jud. DF	03/10/2015	03/10/2016	681	2
19ª Vara Federal Rio de Janeiro	14/07/2015	14/07/2017	258.172	251
2ª Vara do Trab. Aparecida de Goiânia - SwissRe	31/08/2015	31/08/2017	2.514	20
13ª Vara Federal Comarca Brasília/DF	16/08/2015	16/08/2016	21.865	87
19ª Vara Federal Rio de Janeiro (parte do prêmio apropriada em 2015)	14/07/2015	14/07/2017	250.000	991
49ª Vara do Trabalho do RJ	14/08/2015	14/08/2017	1.955	16
4ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ	08/08/2015	08/08/2016	35.436	141
Garantia Financeira - AMPLA CUSD	05/05/2015	05/05/2016	181	1
4ª Vara de Execuções Fiscais RJ	11/11/2015	11/11/2017	100.733	504
4ª Vara de Trabalho RJ 1ª Região	14/12/2015	14/12/2017	2.837	14
Responsabilidade Civil Geral - Emp. Energia Elétrica - Apólice em emissão	28/10/2014	28/10/2015	30.000	364
<b>b) Veículos</b>				
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - Frota	03/08/2014	03/08/2016	100	210
Seguro Automóvel - Veículos Executivos (Toyotas Corolla e Honda Civic)*	08/12/2015	08/12/2016	120	8
Seguro Automóvel - Cobertura Compreensiva- Veículos Executivos - (Fords Fusion)*	17/04/2015	17/04/2016	130	6

Continua

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

c) <b>Diversos</b>				
Riscos Diversos (Antenas Micro ondas Ed. Argentina)	07/07/2015	07/07/2016	100	2
Riscos Diversos (Estação de Meteorológica)	06/07/2015	06/07/2017	1.444	93
Riscos Diversos (Estações Totais GPS e Receptoras de Sinais Digitais)	04/03/2015	04/03/2016	640	14
a) <u>Transporte Nacional, Internacional aéreo, interestadual; internacional/importação: (*)</u>				
interestadual	23/06/2015	23/06/2016	-	41
perímetro urbano/operação isolada.	23/06/2015	23/06/2016	-	112

(\*) O valor segurado depende do transporte contratado, ficando a averbar.

**Riscos Operacionais:** Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto seguro de suas instalações. Encontra-se em fase de aprovação a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras.

**Risco de Garantia:** cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (Bid Bond) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (Performance Bond) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

**Responsabilidade Civil:** cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

**Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos:** Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

**Transportes Nacionais e Internacionais:** cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

**Riscos de Diversos:** visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos, para equipamentos móveis (caminhões laboratório e Unimog, equipamento de tratamento de óleo) ou estacionários (antenas e estação meteorológica).

**NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

a) Em 03 de março de 2016, Furnas exerceu a opção do contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A, cujo suprimento se daria no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo a cobrança do montante de R\$ 156.747, relativo ao valor original da negociação (R\$ 130.000) pela entrega futura dessa energia e sua correspondente atualização (R\$ 26.747).

b) Em 11 de março de 2016, Furnas realizou Depósito Judicial, no valor de R\$ 79.536, atualizado até março de 2016, referente ao montante homologado pelo juízo de R\$ 49.808, base outubro de 2013, nos autos da Ação de Cobrança nº 0055738-29.2004.8.19.0001, movida pela Tractebel Energia S.A., o qual está provisionado.

**FLAVIO DECAT DE MOURA**  
Diretor - Presidente

**NILMAR SISTO FOLETTO**  
Diretor

**CESAR RIBEIRO ZANI**  
Diretor

**LUIZ ROBERTO ALVES  
CORREIA**  
Diretor

**FLÁVIO EUSTÁQUIO FERREIRA  
MARTINS**  
Diretor

**DJAIR ROBERTO FERNANDES**  
Diretor

**FERNANDO SERGIO LOPES ROSA**  
Superintendência de Contabilidade  
CRC - RJ 061.286/O-3 – Contador

**ANSELMO GARCIA SOBROSA**  
Gerência de Operações e Análise Contábil  
CRC - RJ 078.544/O-6 – Contador